



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2187/15	DATA: 22/10/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h10min	TÉRMINO: 13h19min	PÁGINAS: 68

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS ROBERTO DA SILVA FILHO - Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE e Vice-Presidente da International Solid Waste Association (Associação Internacional de Resíduos Sólidos) — ISWA.

ELIAS BUENO - Secretário-Executivo do Instituto Nacional das Empresas de Preparação de Sucata Não Ferrosa e de Ferro e Aço — INESFA — e do Sindicato das Empresas de Sucata de Ferro e Aço —SINDINESFA.

EDSON FREITAS - Presidente da Associação Brasileira da Cadeia de Sustentabilidade Ambiental do PET — ABREPET.

ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Diretora de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente — MMA.

JUCEMAR BUZIN - Diretor do Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Embalagens e Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Rio Grande do Sul — SINPASUL.

SUMÁRIO

Debate sobre a situação do setor industrial da reciclagem.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há falha na gravação.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater a situação do setor industrial da reciclagem.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria, Deputado Carlos Gomes.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Para começarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de convidar a tomar assento à Mesa os expositores que irão compô-la: Sr. Edson Freitas, Presidente da ABREPET — Associação de Recicladores de Embalagens PET; Sr. Elias Bueno, Secretário-Executivo da INESFA — Instituto Nacional das Empresas de Sucata de Ferro e Aço e do SINDINESFA — Sindicato das Empresas de Sucata de Ferro e Aço; Sr. Carlos Roberto da Silva Filho, Diretor Presidente da ABRELPE — Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais; Sra. Zilda Maria Faria Veloso, Diretora de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA — Ministério do Meio Ambiente; Sr. Jucemar Buzin, Diretor do SINPASUL — Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Embalagens e Artefatos e Cortiça do Rio Grande do Sul.

Quero registrar e agradecer a presença do Sr. Valentin Aparício Escamilla, Presidente do SINDINESFA — Sindicato das Empresas de Sucata de Ferro e Aço; Sr. Djalma Velho de Azevedo, Presidente do SINDIPLASC — Sindicato das Indústrias do Material Plástico do Oeste Catarinense; Sr. José Antônio Severo Martins, Diretor-Executivo do Simplás — Sindicato da Indústria Plástica de Caxias do Sul; Sr. Alceu Lorezon, da Alcaplas.

Caso tenha deixado de citar alguém, peço que procure nosso apoio técnico, para que faça chegar às nossas mãos o nome e a entidade que representa, de modo a fazermos o devido registro.

Antes de darmos início às exposições, quero dizer-lhes que eu gostaria que nesta audiência pública fôssemos regidos pelo pragmatismo e pela objetividade.



Entendo que é disso que o setor precisa. Precisamos tirar as coisas do papel e fazer com que de fato elas aconteçam.

O motivo pelo qual entramos com requerimento na Comissão de Meio Ambiente para realizarmos esta audiência pública é exatamente o de fortalecer a cadeia produtiva da reciclagem.

Esta audiência pública faz parte do cronograma de trabalho da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem, que procurar fazer um diagnóstico tanto da indústria, como também das cooperativas, os CTs — Centros de Triagem, e também da situação dos trabalhadores da reciclagem ou dos catadores, daqueles que trabalham na separação. Esse diagnóstico que iremos levantar através das audiências públicas irá nortear as nossas ações para que efetivamente venhamos a avançar no desenvolvimento dessa cadeia.

Antes de prosseguir, quero também registrar e agradecer a presença do Sr. Luiz Henrique Hartmann, representante da Comeplax e do SINPLAST — Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do Rio Grande do Sul.

Cumprimento e agradeço a presença ao Deputado Mauro Pereira, de Caxias do Sul, meu colega, bem como à Deputada Geovania de Sá, de Santa Catarina, Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Trabalho, Emprego e Renda.

Agradeço, por fim, ao Deputado Padre João.

Prosseguindo, o objetivo deste encontro é fazer um diagnóstico da produção de artigos gerados com material reciclado no Brasil. Também pretendemos debater a desoneração fiscal, ou o crédito, para as empresas do ramo. Pensamos a reciclagem como um setor que, além de dar extrema contribuição social, tem grande potencial econômico.

A seguir farei um breve apanhado do que é reciclado no País.

Alumínio: 35,3% do total produzido são reciclados, sendo que, deste total, 97,9% são provenientes das latas de bebidas, o que nos torna líder mundial desde 2001. A informação é da ABAL — Associação Brasileira do Alumínio.

PET: 59,9% do total produzido são reciclados, o que equivale a 331 mil toneladas por ano — dado de 2012. Há uma expectativa de consumo de 840 mil toneladas para 2016. A fonte é a ABIPET — Associação Brasileira da Indústria do PET.



Aço: hoje cerca de 47% do total de latas de aço produzidas no Brasil são reciclados, representando aproximadamente 260 mil toneladas de material reciclado anualmente. O maior índice de retorno de latas de aço coletadas é no segmento de bebidas, com 88% das latas de aço para bebidas retornando ao processo. A fonte de informação é a ABEAÇO — Associação Brasileira de Embalagens de Aço.

Vidro: 49% da produção de vidro são reciclados, o que equivale a 7,1 milhões de toneladas anualmente, segundo dados de 2008. A informação é da ABIVIDRO — Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro.

Plástico: o potencial ambiental e econômico desperdiçado com a destinação inadequada de plástico é, em média, de 5,8 bilhões de toneladas por ano, segundo estudo de 2012 do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Se essas informações não forem fidedignas, eu peço que, em algum momento, nossos expositores nos corrijam e nos ajudem.

Existem no Brasil 1.029 estabelecimentos industriais dedicados à recuperação de materiais plásticos espalhados pelo País, que empregam 9,7 mil pessoas diretamente. Do total de empresas recicladoras de materiais plásticos, mais de 800 são pequenas e microempresas, enquadradas no SIMPLES Nacional, que não possuem mais do que 20 empregados cada.

Empresas com porte mais elevado que atuam especialmente com reciclagem não passam de 30 as que empregam acima de 50 empregados. Existem apenas seis empresas desta atividade que contam com mais de 100 funcionários. De acordo com uma pesquisa realizada pela ABIPLAST — Associação Brasileira da Indústria do Plástico, estima-se que são retirados do meio ambiente, por ano, aproximadamente 805 mil toneladas de resíduos pós-consumo, que dão origem a mais de 725 mil toneladas de materiais plásticos reciclados. Vejam que não é pouca coisa.

Papel: 47,7% da produção são reciclados, o que representa 4.500 toneladas por ano. São dados de 2012 da ABRACELPA — Associação Brasileira de Celulose e Papel.

Diante desse quadro, queremos ouvir o que o setor tem a demandar desta Casa para o desenvolvimento dessa cadeia produtiva que abrange milhões de brasileiros, desde empresários a catadores.



Esse foi um breve apanhado que fizemos sobre o setor e a importância dele para a economia do Brasil, para o aspecto social e, sobretudo, ambiental.

Tendo dito isso, quero passar a palavra aos expositores. Antes vou informar a dinâmica da nossa reunião: cada componente da Mesa terá o tempo de 10 minutos para fazer suas exposições. Se preciso for, nós dilataremos um pouco esse tempo, mas não muito, porque precisamos ouvir todos os presentes.

Começando pelos oradores à esquerda, passo primeiramente a palavra ao Sr. Carlos Roberto da Silva Filho.

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA FILHO - Bom dia, Deputado Carlos Gomes. Agradeço-lhe o gentil convite feito à ABRELPE para estarmos neste importante evento da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem. Novamente gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa da criação da Frente, entendendo justamente que a cadeia da reciclagem é um dos principais instrumentos para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e para a efetivação de uma gestão adequada e sustentável de resíduos sólidos em nosso País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como o senhor disse quando me apresentou, sou Diretor-Presidente da ABRELPE — Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais e também sou Vice-Presidente da ISWA, que é a International Solid Waste Association ou Associação Internacional de Resíduos Sólidos. Trata-se de duas entidades de representação do setor de resíduos sólidos que atuam justamente em busca de promover o desenvolvimento técnico e o aprimoramento da gestão de resíduos nos mais variados fóruns.

Para isso, nós atuamos com base em levantamento de dados, em disseminação de informações, para contribuir com os processos de construção e aprimoramento legislativo na gestão de resíduos sólidos.

Há uma constatação muito importante de uma equação que até hoje não se conseguiu reverter em âmbito mundial, que diz: *“Quanto maior uma população e quanto mais desenvolvida uma sociedade, mais resíduos são gerados”*. Nós ainda não conseguimos reverter essa lógica.



E isso é mostrado pelos dados recentes que foram lançados num estudo da ONU, do qual tivemos a honra de participar. Esse estudo trouxe uma estimativa eu diria um tanto quanto alarmante: em 2011, com 7 bilhões de habitantes, o planeta gerava 1,3 bilhão de toneladas de resíduos sólidos urbanos. Em 2050, nós temos a perspectiva de chegar a 10 bilhões de habitantes, com uma geração de 4 bilhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, ou seja, nós teremos um acréscimo de praticamente 40% na população e um aumento de mais de 3 vezes no volume de geração de resíduos sólidos.

Trata-se de um dado bastante alarmante que nos leva a uma conclusão: a questão da gestão de resíduos sólidos deixa de ser uma questão de meio ambiente, deixa de ser uma questão apenas de sustentabilidade e passa a ser uma questão de sobrevivência. Se nós não cuidarmos dos processos de gestão adequada de resíduos sólidos, nós realmente comprometeremos qualquer possibilidade de sobrevivência da humanidade.

No Brasil a situação não está diferente. A ABRELPE publica anualmente, desde 2003, o *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*. Trata-se de publicação anual que traz os dados mais abrangentes e mais atualizados sobre a gestão de resíduos no País. A edição recente de 2014, lançada em julho deste ano, trouxe os seguintes dados: de 2013 a 2014, a geração de resíduos sólidos no Brasil cresceu 2,9% e atingiu 78,583 milhões de toneladas por ano, o que representa 387,6 quilos por habitante por ano.

Se analisarmos o quadro mundial dessa geração *per capita*, percebemos que o Brasil ainda está um tanto quanto distante da geração dos países mais desenvolvidos. Porém, se nós o analisarmos com relação aos países na mesma situação, no mesmo grau de desenvolvimento econômico que o Brasil, veremos que nós já estamos bastante à frente e, como visto, em crescimento.

O panorama, como eu disse, publicado desde 2003, mostra que nós saímos de uma geração de 166.140 toneladas por dia para 215.297 toneladas por dia. Se pegarmos só a última década, veremos que esse aumento foi de 24%. Se considerarmos somente os 5 anos, tomando por marco a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, veremos que a geração de resíduos sólidos no Brasil cresceu mais de 10%. No mesmo período, o crescimento populacional foi pouco



menor do que 5%, ou seja, a geração de resíduos sólidos no Brasil vem crescendo mais do que o dobro do que o próprio crescimento populacional. E aí nós temos um grave problema: a destinação de resíduos sólidos no Brasil.

O sistema de destinação de resíduos no Brasil ainda é eminentemente calcado no envio desses materiais para a disposição no solo, que se divide em duas classes: a destinação adequada em aterros sanitários, devidamente licenciados e adequadamente operados, e a destinação inadequada para lixões e aterros controlados.

Quando consideramos essa parcela da destinação inadequada, nós percebemos que o Brasil desperdiça por ano quase 30 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, que acabam em locais que degradam o meio ambiente, contaminam o solo, contaminam as águas, trazendo realmente um grave problema para toda a nossa sociedade.

Se compararmos a evolução da geração dos resíduos sólidos com a evolução da destinação dos resíduos sólidos, o que nós percebemos é que a nossa situação está piorando a cada ano. Nós não estamos conseguindo atender à demanda de adequação da destinação de resíduos sólidos ante o volume gerado.

Em 2013, nós tínhamos 28,8 milhões de toneladas sendo encaminhadas para locais inadequados; em 2014, esse volume cresceu para 29,66 milhões. Essa é uma tendência que maldosamente vai afetar toda a nossa população, na medida em que continuarmos com a utilização dessas unidades inadequadas de resíduos sólidos.

Fazendo novamente um comparativo mundial, o outro ponto ou o contraponto à destinação inadequada de resíduos sólidos está justamente na valorização dos materiais, está justamente no aproveitamento desses materiais, através de processos de reciclagem.

Temos dados de vários países que mostram os índices de reciclagem geral dos resíduos sólidos chegando, por exemplo, a 34% na Suécia, a 34% na Suíça e a míseros 4% no Brasil, no ano de 2014. Ou seja, nós desperdiçamos recursos anualmente e causamos um impacto muito forte sobre o sistema de saúde, uma vez que a destinação inadequada de resíduos sólidos traz graves problemas de saúde para toda a população.



No estudo recentemente lançado pela ABRELPE, agora, no final do mês de setembro, esse impacto foi calculado: o Brasil gasta — pasmem! — 1,5 bilhão de reais por ano para tratar os problemas de saúde causados pela destinação inadequada de resíduos sólidos. Serão 5 bilhões de reais que nós vamos gastar com a prorrogação dos prazos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ou seja, com a manutenção de lixões a céu aberto e de unidades inadequadas de destinação de resíduos sólidos, teremos um impacto de 5 bilhões de reais nos custos do sistema público de saúde.

Quando nós analisamos o porquê, as razões de ainda estarmos neste índice de 4% de reciclagem em geral no Brasil, percebemos que as próprias iniciativas de coleta seletiva distribuídas no território nacional são um tanto quanto escassas.

Apenas 65% dos Municípios do Brasil contabilizam iniciativas em coleta seletiva, o que não significa que tenham coleta seletiva em todo o território ou que atendam a toda a população, mas apenas que têm alguma iniciativa, ou seja, que estão sensíveis ao tema. O fato é que 35% dos Municípios brasileiros não têm nenhuma iniciativa, não têm nenhum ponto de entrega voluntária, não têm nenhuma coleta que possa recolher os recicláveis, não têm nenhuma parceria, por exemplo, com cooperativas de catadores, ou seja, neles, nenhuma iniciativa foi detectada.

Tal como o Deputado Carlos Gomes, que fez — e nos apresentou em sua fala inicial — um levantamento relativo à evolução dos índices de reciclagem dos vários materiais no Brasil, nós fizemos um compilado de 2009 a 2012 e percebemos que os índices estão praticamente estagnados. Nós percebemos que não tem havido no País quase que nenhuma mudança ou evolução nos índices de reciclagem dos principais materiais, apesar de o espírito da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos direcionar nesse sentido.

O que o sistema hoje nos mostra de deficiência? Está em curso, em prática hoje no País um sistema linear de gestão de resíduos sólidos, um sistema que ao final dessa cadeia, no momento do descarte, a maior parte do material é considerada material em fim de vida, classificada nos termos da lei como rejeito e, portanto, encaminhada para as unidades de destinação.

A Política Nacional traz outro fluxo, outro sentido para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, determinando a separação em, pelo menos,



duas frações e os encaminhamentos adequados, trazendo um conceito bastante moderno que hoje pode ser classificado como um conceito de economia circular. Nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos estimula, portanto, a economia circular e o maior aproveitamento dos materiais, e é nisso que nós precisamos avançar, mas, para avançarmos, precisamos superar alguns gargalos nessa cadeia de negócios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - O senhor tem mais 4 minutos.

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA FILHO - Obrigado, Deputado, já estou concluindo.

Quais os gargalos que nós identificamos nessa cadeia de negócios?

No primeiro bloco da cadeia de negócios, relativo à logística, ao recolhimento desses materiais, nós temos um gargalo por problemas de organização e gestão.

No segundo bloco, relativo à distribuição, ao encaminhamento dos materiais para as unidades de beneficiamento, há outro gargalo, causado por problemas logísticos — nosso País tem dimensões continentais.

No terceiro bloco, relativo à separação, à triagem dos materiais para seu aproveitamento na indústria, nós temos um gargalo causado por problema de demanda desequilibrada e de menor demanda para a utilização de vários materiais, além da falta de instrumentos econômicos que beneficiem esse aproveitamento.

Chegamos agora ao ponto em que podemos trazer um retrato do setor de coleta seletiva e reciclagem no Brasil, que se caracteriza por: mão de obra intensiva; pouco ou nenhum investimento; ausência de economia de escala — ainda não conseguimos consolidar os materiais; baixa produtividade; carência de infraestrutura adequada; sérios riscos de saúde ocupacional e ao meio ambiente.

Além disso, como outras barreiras, nós ainda detectamos, junto à população: ausência da cultura de separação e reciclagem de materiais; concorrência desleal com a destinação fácil e barata...

É muito mais barato mandar o resíduo para um lixão do que aproveitá-lo em processo de reciclagem. Este é outro efeito maldoso da manutenção dos lixões: enquanto continuarmos com lixões a céu aberto, vamos continuar bloqueando avanços nos processos de reciclagem.



Detectamos ainda as seguintes barreiras: carência de gerenciamento do processo; ausência de metas transparentes e viáveis; falta de instrumentos econômicos e tributários.

Para finalizar, Deputados, vejamos quais são as nossas sugestões para o aprimoramento da cadeia da reciclagem.

A primeira é que haja coordenação das ações pelo poder público — ele não precisa executar as ações, mas precisa ser um fomentador, um estimulador e coordenador das ações em prol da reciclagem.

São ações propostas: o estabelecimento de metas e prazos a serem cumpridos de maneira clara; a disponibilização de legislação tributária favorável que realmente estimule o processo de reciclagem; estimulação de ações coordenadas não focadas em apenas um único elo da cadeia — percebemos que é hoje um ponto muito falho ter o foco num único elo da cadeia, não no sistema como um todo.

Outra ação proposta é a estimulação do desenvolvimento de pesquisas sobre processos e produtos elaborados com recicláveis. Nós precisamos avançar nessa linha e estruturar o mercado. Esse é um ponto importante, Deputado, porque a cadeia de reciclagem não sobrevive só com coleta seletiva, não sobrevive só com triagem de materiais e não sobrevive só com demanda da indústria. Trata-se de uma cadeia e — novamente parabênizo V.Exa. pelo nome da Frente Parlamentar —, se ela não estiver estruturada, não vai funcionar. Não adianta fazer coleta seletiva se não se consegue consolidar o material, assim como não adianta consolidar o material se não houver indústria que o compre como matéria prima de novos processos. Precisamos estimular esse mercado.

É comum haver receio a essa palavra “mercado” em alguns fóruns, mas o fato é que a reciclagem no mundo só funciona porque há um mercado. A reciclagem só funciona porque há interesse econômico por trás desse processo. Ela não funciona por causa da conscientização ambiental, não funciona por causa de boa vontade. Ela funciona porque há interesse econômico.

Eu acabei de vir do Congresso Mundial de Resíduos Sólidos, que aconteceu na Bélgica, e a grande discussão lá se deu em torno do fato de que os índices de reciclagem da Europa caíram 5% no primeiro semestre, porque a China parou de comprar material reciclável da Europa. Ou seja, o mercado caiu, o índice de



reciclagem caiu também. E agora eles vão ter que se virar para atingir as metas que eles têm lá. Então, a questão é eminentemente de mercado.

Por fim, precisamos, para estruturar tudo isso, elaborar e divulgar campanhas de comunicação efetivas e de longo prazo — não é campanha pontual do tipo: “*Separe seu lixo hoje, e amanhã você não precisa mais fazer*” — e instituir instrumentos de cobrança baseados na geração de resíduos sólidos. Esse é outro instrumento de estímulo de mercado.

Enquanto a população puder descartar livremente o volume de resíduos que quiser e não tiver que pagar nada por isso, nós não vamos ter nenhum tipo de incentivo para avançar em direção à separação e ao aproveitamento dos materiais e continuaremos sofrendo com as consequências de uma má gestão de resíduos sólidos.

Tudo isso leva tempo, e o relógio está batendo. Nós precisamos começar imediatamente, se quisermos ter alguma chance de sobrevivência e para não ficarmos mergulhados nessa montanha de resíduos que a cada dia é gerada no nosso País.

Eu agradeço a atenção. Peço desculpas por ter extrapolado o tempo. Fico à disposição da Comissão e da Frente Parlamentar, Deputado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Carlos.

Nessa mesma dinâmica do Diretor da ABRELPE, nós vamos continuar a nossa audiência.

Antes, quero registrar a presença do Deputado Colatto — agradeço a S.Exa. por ter vindo — e do Deputado Valmir Prascidelli, de São Paulo, que assumirá a coordenação da Frente Parlamentar na Região Sudeste, dia 13, sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Todos já estão convidados. Obrigado pela presença.

Os Deputados que estão aqui presentes e que desejarem falar agora — nós sabemos da dinâmica desta Casa, onde são várias as atividades —, nós concederemos 3 minutos para V.Exas. Do contrário, vou seguir com os convidados.

Alguém gostaria de falar? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Colatto.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Bom dia, Deputado Carlos Gomes, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem. Quero cumprimentar todos os convidados, o Lorenzon, lá de Xanxerê, e o Djalma, de Chapecó, ambos da minha terra, Santa Catarina.

Sr. Presidente, hoje pela manhã eu já estou na terceira Comissão. Há mais duas me esperando, inclusive a da PEC da questão indígena, que está esperando sala para poder se instalar, de tanta atividade que há aqui.

Nós participamos desta Frente Parlamentar em outra legislatura, com um colega do Rio de Janeiro — a memória me falha agora quanto ao seu nome —, e acompanhamos esse processo porque realmente nos preocupa essa questão do lixo.

Tenho sempre conversado aqui com o amigo Lorenzon, que é empresário na área e tem nos passado dados com os quais, realmente, ficamos preocupados, notadamente com relação aos lixões. Mais uma vez, parece postergada a obrigação de implantação do manejo do lixo nos Municípios, o que quer dizer que nós estamos com um problema para resolver.

Eu costumo dizer que nós temos tanta tecnologia, tanto desenvolvimento, tanto avanço e ainda não resolvemos o problema do lixo reciclável, do não reciclável, dos lixões, para se definir o que fazer, a principal ação para se resolver isso: se se transforma em energia ou não; se se recicla ou não. Eu acho que é importante fazermos essa discussão. Ela está em boas mãos com o Presidente Carlos, que se dedica ao assunto, e nós estamos aqui para colaborar também.

Eu tenho acompanhado mais essa questão da reciclagem, na qual, com certeza, em alguns pontos, o Brasil avança bastante, em outros não. Eu acho que nós temos realmente que avançar nesse processo e tirar desta Frente Parlamentar aquilo que nós estamos ouvindo.

Eu sempre levei o meu trabalho assim. Em tudo o que se faz aqui você tem levantar os problemas e levar as soluções, porque assim se consegue resolver as coisas. E como se resolve isso? Indo à fonte, àqueles que estão lidando com isso no dia a dia e que podem nos trazer luz, orientação, informações para que nós possamos tomar decisões nesta Casa Legislativa que possam vir ao encontro das soluções.



Então, nós vamos ouvir aqui todas as explanações, com certeza, mas, por favor, nos deem o problema e também a solução, porque quem está na área é que tem que saber qual é o caminho, não é Deputada Geovania? A Deputada Geovania é nossa colega de Santa Catarina. E a (*falha na gravação*) vai buscar as soluções.

Por isso, eu sempre venho falando aqui para o Lorenzon e para todos aqueles que estão nessa área que nós estamos buscando soluções para o problema do lixo e estamos à disposição para ajudar. Mas nós realmente precisamos que vocês nos digam o que é preciso fazer, onde a legislação está falhando, o que nós podemos fazer de fato nesse processo.

Eu acompanho mais de perto nessa questão o problema das embalagens de produtos agrícolas, dos agroquímicos e defensivos, que outros chamam de agrotóxicos. Parece-me que é uma coisa que pode servir de exemplo nesse processo da reciclagem e que está dando certo. Até por exigências ambientais, etc., acabou-se criando um sistema que hoje está bem avançado, é um dos melhores de que nós temos conhecimento e está funcionando. E é preciso que para o lixo urbano realmente se tenha uma solução.

E, além do lixo urbano, nós temos a questão do esgoto. Eu fiz uma pergunta para um coronel da Polícia Ambiental de São Paulo — nesta semana ele esteve na CPI dos Maus-Tratos de Animais —, para saber o que a Polícia Ambiental faz com as questões urbanas do lixo, do esgoto, essas coisas todas. Eles têm uma dedicação bastante forte na área rural, mas na área urbana ele não soube me responder e praticamente disse: *“Isso não faz parte do nosso métier, do nosso dia a dia. Não temos nada a ver com isso”*. E isso é um absurdo, porque é na área urbana que se tem problema com o lixo, por seu volume, etc.

Então, só queria registrar essas questões. Quero dizer que estamos à disposição para ajudar. Vocês nos trazem dados importantes no dia a dia. Infelizmente, não avançamos tanto, mas eu gostaria de me colocar à disposição e parabenizar o Deputado Carlos Gomes, que está conduzindo esse trabalho. Pode ter certeza de que o trabalho que se faz aqui, embora haja poucos Deputados, repercute, porque está sendo divulgado para o mundo via Internet, o que é importante, e fica nos Anais. E, com certeza, nós que nos interessamos pelo assunto vamos, mais à frente, continuar os trabalhos.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Antes de passar a palavra para a Deputada Geovania de Sá, quero registrar a presença aqui do Presidente desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Átila Lira, do PSB do Piauí. Obrigado, Deputado, pela presença. E agradeço também aos Deputados que aprovaram o requerimento para que fosse possível a realização desta audiência pública.

Passo a palavra à Deputada Geovania de Sá.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Deputado Carlos Gomes.

Primeiramente, quero parabenizar o Presidente pela iniciativa desta audiência pública. Não faço parte da Comissão de Meio Ambiente, mas fiz questão de estar aqui porque sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Reciclagem no sul de Santa Catarina e no Sul do País, contemplando Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santa Catarina foi o primeiro Estado a lançar a Frente — nós a lançamos no mês de setembro, na minha cidade, Criciúma. Então, quero agradecer porque é um prazer muito grande estar aqui.

Eu vivi isso no dia a dia, quando estava na iniciativa privada. Tenho pouco conhecimento do assunto, mas acredito que posso contribuir com aquilo que eu vivenciei.

Parabenizo o Carlos, da ABRELPE, que trouxe com muita clareza alguns números importantes. Você falou sobre as ações do poder público, e realmente temos que incentivar toda a cadeia. Além da cultura, é necessária a quebra de paradigmas. Isso tem que acontecer na nossa sociedade, porque é muito fácil descartar todo o lixo e não separá-lo. Mas falta incentivo para isso, falta mobilização.

Trabalhei por 20 anos no Grupo Jorge Zanatta e vivenciei isso. Nós tínhamos aparas de matérias-primas de embalagens de produtos de higiene. Era uma grande empresa, com dois mil funcionários. Criamos ali uma empresa somente de reciclagem que criava novas embalagens com essas aparas. Mas ela se tornou inviável. A empresa não tinha lucro, não tinha rentabilidade, porque faltavam incentivos, principalmente nos impostos. O produto acabava tendo custo muito maior



do que o da matéria-prima pura. Então, a empresa acabou se extinguindo em 2 ou 3 anos, porque faltou muito incentivo do Governo.

E agora, como legisladora, eu fico me perguntando o que fazer, por onde eu posso começar. Seria através de um projeto de lei? Seria conversando com Prefeitos e Governadores? Mas eles também estão de mãos atadas por falta de recursos. Eles não conseguem fazer o mínimo, atender com os orçamentos as políticas públicas obrigatórias de saúde, educação e assistência social, que não tem garantia de orçamento. Então, por onde começar? O que fazer?

E até peço a você, Carlos, porque ainda não ouvimos os demais membros da Mesa, que nos diga o que nós podemos fazer enquanto legisladores e, se puder, que nos encaminhe essa sua apresentação, que é muito rica de dados. Ela poderá nos ajudar no trabalho aqui, dando-nos melhor embasamento, para podermos construir algo. Eu sei que não vamos conseguir fazer no País como um todo, mas talvez comecemos na minha cidade, fazendo algumas experiências para depois ampliá-las. Na minha cidade, como na do Carlos, na do Deputado Colatto e na dos demais Deputados, nós temos algumas cooperativas independentes trabalhando.

Nesta semana, eu estava num velório, na cidade de Criciúma, e uma senhora me disse: *“Parabéns por estar na Frente da cadeia produtiva de reciclagem. No meu prédio, Geovania, enquanto as pessoas não sentirem no bolso, não vão conseguir fazer a reciclagem. Faça algum projeto de lei para a cidade ou para o Estado para incentivar. Dá um desconto no IPTU”*. E eu disse a ela que era uma legisladora federal. Mas conversei esta semana com o Deputado Carlos Gomes para ver o que nós podemos fazer. Parece que os Poderes não conversam entre si, acaba ficando esse jogo, e não conseguimos avançar. Claro que já avançamos, o País avançou, mas nós podemos fazer mais.

Então, Carlos, se tu puderes, diga-nos, como Deputados, o que nós podemos fazer. Essa conversa eu estou tendo com os Prefeitos, mas parece que a coisa não está andando. Entretanto, nós temos que avançar.

E é com as audiências públicas como esta que V.Exa. está promovendo, Deputado Carlos Gomes, que vamos conseguir avançar. São passos muito pequenos, mas que nos vão levar a atingir um resultado.



Parabéns, Carlos! Parabéns a toda a Mesa e a todos os Deputados que se interessam por estar aqui dinamizando isso!

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá.

Na verdade, todos nós estamos aqui para aprender e buscar as soluções em conjunto. Com certeza essa solução surgirá, e nós iremos seguir a direção que essa solução apontar. Vamos seguir essa direção.

Bom, o Deputado Valmir Prascidelli pediu a palavra. Depois vamos ouvir o Elias Bueno.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Muito bom dia, Deputado Carlos Gomes, Presidente da Frente Parlamentar. Bom dia a todos os representantes das associações, à representante do Ministério do Meio Ambiente e aos palestrantes. E bom dia aos demais Deputados e a todos os participantes desta audiência e à imprensa.

Para mim, é uma alegria bastante grande poder participar desta audiência pública. Já é o segundo evento da Frente, não é, Deputado Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Audiência é a primeira.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Audiência é a primeira, mas nós já tivemos a visita à Fundação Banco do Brasil e o lançamento da Frente em Santa Catarina. Enfim, nós estamos dando os passos iniciais.

Acho que esta é uma iniciativa importante que esta Casa tem numa área que precisa avançar muito no Brasil. Eu não acompanhei toda a exposição feita inicialmente, os demais palestrantes aqui ainda nos falarão, e, certamente, nós poderemos ter uma dimensão da complexidade do que é a cadeia produtiva de reciclagem, mas principalmente das dificuldades que nós temos e que, do meu ponto de vista, começam com questões culturais. Acho que todos nós, infelizmente, não tivemos um aprendizado desde a infância da necessidade de reaproveitamento e reutilização dos materiais. Há uma dificuldade de entrosamento e de integração do poder público nas suas diversas esferas com a iniciativa privada, com a sociedade como um todo. Muitas vezes nós fazemos o debate de forma enviesada — aqui é preciso ser dito isso —, porque, por vezes, as indústrias que produzem têm uma



obrigação conforme, inclusive, a legislação apregoa com relação à destinação final dos produtos, e elas empurram isso para o poder público.

O poder público tem as suas responsabilidades, como, por exemplo, buscar alternativas para os aterros sanitários. Os Municípios já têm essa responsabilidade. Os Estados precisam em especial, nas regiões metropolitanas, como o é o caso do Estado de São Paulo, também contribuir com esse debate. E a União, por sua vez, também precisa buscar alternativas. Mas às vezes todos eles empurram as responsabilidades para a população, para a sociedade, para as empresas.

No meio de tudo isso, além dessa necessidade de buscar alternativas, nós temos os trabalhadores dessa cadeia produtiva, as indústrias de reciclagem, que também acabam fazendo certa disputa, em função das circunstâncias e da necessidade de buscar também crescimento. Por fim, há os catadores, que muitas vezes são utilizados muito mais para que possamos fazer propaganda do quanto é importante reciclar, sem que eles recebam atenção com equipamentos de segurança, com condições adequadas de trabalho, com remuneração digna e tudo o mais.

Esta Casa e esta Frente Parlamentar têm a reponsabilidade de ajudar nesse caminho de junção das diversas visões nessa área, dos diversos setores. Aqui foi referida a questão dos produtos da agroindústria, que também têm que ter outra destinação, produtos da indústria alimentícia e de diversas áreas. Precisamos tentar buscar esse diálogo e propor iniciativas legislativas com todos os entes envolvidos, para que possamos diminuir o nosso discurso e aumentar a nossa ação nessa área. Isso é para todo o mundo, sem exceção, para não ficarmos aqui falando de um ou de outro.

Eu acho que os Deputados que tiveram esta iniciativa estão de parabéns, especialmente o Deputado Carlos Gomes. Ele já disse, e eu vou repetir, que a ideia é fazer o lançamento pelo menos nas Regiões do País. Foi feito na Região Sul. Vamos fazer, no próximo dia 13, às 10 horas, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Aproveito para convidar todos os palestrantes, os Deputados e todos os que estão aqui participando da reunião para estar lá. A ideia é estimular o debate nos Estados, para que a população e o poder público possam buscar alternativas comuns para esse problema.



Parabéns a todos! Agradeço especialmente aos palestrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Valmir Prascidelli. Registro a presença aqui do Deputado Ricardo Tripoli, a quem agradeço por ter vindo.

Passo a palavra ao Deputado Átila Lira, Presidente da nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Sr. Deputado Carlos Gomes, autor do requerimento de realização desta audiência pública e que ora preside esta reunião; Sras. e Srs. Parlamentares; senhores expositores; senhores e senhoras presentes, eu considero de grande relevância esta iniciativa do Deputado Carlos Gomes, primeiro, porque é um conhecedor da questão e é um homem que tem uma história de vida ligada a esse tipo de atividade. Não sei se V.Exa. falou isso para eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Não deu tempo.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - O Deputado Carlos Gomes é um homem que começou trabalhando como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Catador.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - ...catador. Então, é um homem que conhece profundamente essa questão, e é de um Estado como o Rio Grande do Sul.

Segundo, essa é uma atividade que, tradicionalmente, sempre foi tarefa do poder público, mas hoje já há experiências bem-sucedidas de participação do setor privado, e isso pode alavancar soluções rápidas em todo o País, sobretudo pela gravidade da situação, por envolver justamente materiais inservíveis.

Ontem nós tivemos aqui uma delegação de Deputados da Finlândia, e a presidente dessa delegação disse que a Finlândia hoje está se dedicando muito mais ao chamado reuso: reuso da água, reuso de materiais, sobretudo. Então, eu destaco esse aspecto desse tipo de atividade, porque hoje os danos maiores que nós temos em rios e em toda a estrutura das cidades, das lagoas, até da costa marítima é justamente pela colocação ali desses materiais inservíveis, que são armazenados nos leitos e margens dos rios.

Então, a presença do setor privado vai dar capilaridade muito maior a essa atividade do que a ação única do poder público, que tem limitações também pelo



centralismo e pela falta de recursos. Então, parabéns! Nós estamos juntos nessa questão.

Eu fico indignado com a situação da reciclagem, a começar pela do meu Estado. Hoje o rio que serve a cidade está completamente congestionado por plantas que nasceram por conta da poluição e que atrapalham, portanto, o fluxo de água.

Então, parabéns não só ao Deputado Carlos Gomes, que tomou esta iniciativa, como aos expositores que estão nessa luta e ao poder público, aqui representado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Átila Lira.

Deputado Ricardo Tripoli, V.Exa. quer falar agora ou passo para o próximo expositor? (*Pausa.*)

Por gentileza, pode falar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu queria cumprimentar o Presidente da Mesa, o Deputado Carlos Gomes, uma pessoa com amplo conhecimento da área. Desde o início, sempre tratou desse tema, que eu tenho certeza é um dos assuntos mais importantes e relevantes que nós temos hoje no Congresso Nacional.

Eu queria cumprimentar o Edson Freitas, Presidente da ABREPET; o Elias Bueno, Secretário-Executivo do INESFA e do SINDINESFA; o Jucemar Buzin, Diretor do SINPASUL; o Carlos Silva, Diretor-Presidente da ABRELPE; e a Zilda Maria Faria Veloso, Diretora do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Nós falamos muito em sustentabilidade hoje; essa é uma palavra muito usada no mundo todo. Vai haver a COP 21 em Paris, e o mundo todo está preocupado com isso. Nós tivemos vários eventos na nossa Comissão sobre o tema, como a que tratou da energia, por exemplo, que foi extremamente importante para tratar das energias alternativas no Brasil, com o volume de sol e de ventos que temos.

Eu acho que V.Exa. levanta hoje um tema dos mais importantes. Nós falamos muito em reciclagem. No começo, até era uma questão de moda. As pessoas



reciclavam PETs, fazendo camisetas, ou reciclavam metal, fazendo obras de arte. Mas hoje a reciclagem já entrou na cadeia produtiva, é um grande segmento.

Eu diria que o Brasil é um dos países que têm o lixo mais rico do mundo, sob todos os aspectos: industrial, residencial, orgânico, não orgânico. Mas vejo que esse é um tema que o País explora muito pouco. Eu não sei com certeza — os senhores devem ter essa informação —, mas acho que o que é hoje reciclado no nosso País não deve atingir mais do que 4%, 5% do que é produzido. É um volume muito pequeno para um país com a dimensão do Brasil. Com as condições que temos, poderíamos reciclar muito mais, fazendo com que várias árvores fossem poupadas, por exemplo, com a reciclagem de papel e madeira. Também na área industrial vi muitas experiências fantásticas com restos de obras, de edifícios, por exemplo, na pavimentação de ruas. Pneus de automóveis são utilizados como matéria-prima para pavimentação. Enfim, são tantas as experiências a que tive a oportunidade de assistir e presenciar na época da Secretaria Estadual do Meio Ambiente que para mim ficou claro que essa é uma indústria ainda subutilizada. O Brasil precisa enxergar esse mercado, que é fundamental sob o aspecto econômico, financeiro e ambiental, na chamada sustentabilidade.

Se há uma palavra para ser usada em relação à sustentabilidade, nada melhor do que “reciclagem”, que é exatamente o que ocorre na ponta. Hoje, o volume de aterros sanitários, de lixões espalhados pelo Brasil é enorme. Prefeituras de pequeno porte muitas vezes não têm local adequado para depositar o lixo, seja o orgânico, seja o de outro tipo de matéria. Nós sabemos a dificuldade que existe para isso. Então, seria importante termos políticas públicas desenvolvidas para essa área, com linhas de financiamento, o que também acho que seria fundamental. Nós não temos um estímulo financeiro para essa área, que vejo como das mais importantes hoje no setor da produção.

Portanto, Deputado Carlos Gomes, parabéns a V.Exa. e a todos os expositores! Eu cheguei um pouco atrasado e tenho que sair um pouco antes, porque a Câmara funciona assim. Os senhores que estão vindo pela primeira vez saibam que a nossa missão aqui é árdua. Eu saí da reunião da CPI de Maus-Tratos de Animais, passei aqui, porque esta reunião é extremamente importante, e estou indo agora para a Comissão Especial que trata da demarcação das terras indígenas.



Então, nós ficamos aqui meio que correndo, mas no tanto que eu puder vou acompanhar aqui as exposições.

Muito obrigado e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Ricardo Tripoli.

Registo a presença aqui do Deputado Edmilson Rodrigues, a quem agradeço por ter vindo.

Passo a palavra ao Sr. Elias Bueno, para fazer a sua exposição. *(Pausa.)*

Enquanto o Elias está se posicionando, quero agradecer as palavras aos colegas e dizer que não sou tão conhecedor do setor quanto gostaria. Estou aqui para conhecê-lo um pouco mais. De fato, a minha primeira atividade econômica, até para custear meus materiais de escola, ainda na adolescência, foi catar materiais recicláveis. Então, realmente, falar sobre este assunto para mim é voltar na história e um dever que tenho de incentivar aquelas pessoas da cadeia produtiva que ainda trabalham na reciclagem.

É uma alegria muito grande estar aqui hoje neste encontro, nesta reunião. E quero dizer que esta iniciativa não é minha, é de todos nós, é da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem e também da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Elias.

O SR. ELIAS BUENO - Senhoras e senhores, bom dia. Eu gostaria primeiramente de saudar o Deputado Carlos Gomes e parabenizá-lo, saudar a Zilda Veloso, os demais integrantes da Mesa, os demais legisladores aqui presentes e todos os que estão aqui conosco nesta manhã. Muito bom dia a todos.

Eu estou aqui para falar do setor que coleta cerca de 800 mil toneladas por mês de materiais metálicos recicláveis. Boa parte dessa coleta é feita por nossos representados, que dão destinação ambientalmente correta para todo esse material.

O segmento de sucata ferrosa e não ferrosa atua em todo o território nacional e emprega mais de 1 milhão e 500 mil pessoas.

(Segue-se exibição de imagens.)



O Instituto Nacional das Empresas de Preparação de Sucata Não Ferrosa e de Ferro e Aço — INESFA foi constituído em 1975 e neste ano está completando 40 anos. Já o Sindicato das Empresas de Sucata de Ferro e Aço — SINDINESFA foi constituído em 1990.

Nossa missão é divulgar e discutir assuntos territoriais e técnicas de preparação de sucata ferrosa e não ferrosas, enfatizando a importância da atividade de reciclagem no contexto da economia mundial.

Nossos associados são responsáveis por 47% de todo o volume do que é coletado, processado e destinado de forma ambientalmente correta para transformação em novos produtos. E esse volume hoje, conforme eu disse, é de 800 mil toneladas por mês.

Estão envolvidas direta e indiretamente nessa atividade 1 milhão e 500 mil pessoas. A frota tem 15 mil caminhões. E o parque possui máquinas nacionais e importadas para a atividade de coleta, preparação e comercialização, gerando divisas ao País com a exportação de materiais excedentes. Há capacidade de processamento hoje para processar mais de 12 milhões de toneladas de sucata de ferro e aço por ano.

Alguns benefícios do setor nós colocamos aqui na apresentação. Acredito que já sejam de conhecimento de todos, mas nunca é demais lembrar: economia de recursos hídricos; geração de postos de trabalho; fomento a cooperativas de catadores; reaproveitamento de outros materiais metálicos e não metálicos; desoneração de prefeituras; aumento do tempo de uso dos aterros sanitários; geração de divisas e ganhos financeiros ao País; redução da liberação de poluentes; combate a focos de transmissores de dengue, por evitar acúmulo de materiais recicláveis — os materiais não ficam jogados nas ruas, o que evita que haja focos de dengue —; inclusão social; melhoria na distribuição de renda; e preservação das reservas minerais, aumentando também o seu tempo de vida útil.

Aqui estão alguns pontos e propostas do setor que nós optamos por trazer para que se possa colocar o segmento novamente na trilha do desenvolvimento.

O setor, em 2014, exportou 648 mil toneladas. Essa exportação se iniciou por volta de 2010, 2011, e vem crescendo, o que faz com que a subsistência do setor



seja garantida. E as exportações também trazem divisas ao País, fazendo com que o setor colabore cada vez mais para o superávit da balança comercial.

Entendemos que o livre comércio e o estímulo às exportações sejam fundamentais para que o setor continue crescendo e se desenvolvendo. O livre comércio e o estímulo às exportações de sucatas ferrosas, com ações políticas para soluções de gargalos que dificultam o incremento das exportações, são fundamentais ao comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas e está em consonância com Plano Nacional de Exportações instituído pelo Governo Federal.

Outro ponto que nós entendemos ser necessário para o fomento do setor é desonerar os tributos incidentes sobre a folha de pagamento.

Alguns segmentos conseguiram avanço nesse sentido, porém o setor de sucata ferrosa e não ferrosa sequer foi chamado ou foi ouvido em relação a essa questão.

Outro ponto que pode ajudar muito o setor no seu desenvolvimento é estipular créditos tributários a partir da aquisição de máquinas e equipamentos. Nós entendemos que o setor terá condições de inovação e renovação se os créditos que são pagos para a aquisição de máquinas e equipamentos forem revertidos, não em valores para as empresas, mas, sim, em crédito para aquisição de novos equipamentos. E destaque aqui que cada equipamento comprado representa empregos gerados.

Este aspecto também é bastante importante ao setor: trabalhar para que os Estados de todo o País venham a instituir a substituição tributária do ICMS no setor. São Paulo e Rio de Janeiro celebraram o Protocolo ICMS 44/2013. Porém é importante que todos os Estados estejam inseridos nesse protocolo e que o segmento de sucata ferrosa e não ferrosa, que não está inserido, também seja inserido nele ou em um protocolo específico para o setor com relação ao ICMS.

Outra proposta é a criação de linha de financiamento junto ao BNDES. A exemplo do que já existe no PRÓ-PLÁSTICOS, instituído no BNDES, importante fonte de incentivo ao comércio atacadista de sucatas metálicas viria da estipulação de uma linha de financiamento que poderia se chamar PRÓ-METAIS, PRÓ-AMBIENTE, PRÓ-RECICLÁVEIS — a denominação é algo a ser estudado.



Vale lembrar que esse setor é formado, na maior parte, por pequenas e médias empresas, sendo relevante que o valor mínimo das operações a serem apoiadas no âmbito do programa seja adequado à realidade do setor. Por ser para pequenas e médias empresas, esse programa tem que ser adequado às condições dessas empresas.

Como eu havia dito, o segmento está preparado. Ele investiu muito em tecnologia e, hoje, atua na coleta de todo o tipo de materiais recicláveis. E entendemos também que definir uma política de incentivo à reciclagem da sucata ferrosa, tal como à renovação de frota de veículos automotores em fim de vida útil seria importante para fomentar esse setor.

Lembro a V.Exas. que são mais de 5 mil empresas no território nacional. E o segmento emprega mais de 1 milhão e 500 mil de pessoas, direta e indiretamente.

Eu gostaria de relembrar aqui as propostas, que foram colocadas de forma exemplificativa e de dizer também que boa parte dos nossos representados possui a ISO 14001 e a ISO 9001. Dessa forma, estão todos plenamente preparados para coletar e até fomentar e desenvolver a coleta e a destinação ambientalmente correta de materiais metálicos recicláveis.

Então, relembro aqui algumas propostas: estimular o livre comércio e as exportações de sucatas ferrosas; desonerar o setor de tributos incidentes sobre a folha de pagamento; estipular créditos tributários a partir da aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados na modernização do parque preparador de sucatas; trabalhar para que Estados de todo o País venham a instituir a substituição tributária do ICMS no setor; criar linha de financiamento junto ao BNDES e definir políticas de incentivo à reciclagem da sucata ferrosa, tal como a renovação da frota de veículos automotores em fim de vida útil.

Fiquei bastante feliz pelas palavras do Deputado Carlos Gomes, porque ele falou em objetividade. Ouvi algumas palavras dos outros legisladores aqui também. Objetividade, solução para o problema e construção eu acredito que sejam os caminhos para o desenvolvimento.

Na verdade, neste eslaide eu coloquei a situação atual do setor. Porém optei por resumir em duas palavras que não só representam a situação atual, mas



também são duas palavras que nos acompanham desde o início das atividades do setor: superação e desenvolvimento.

Acreditamos que, como disse o Deputado, com objetividade, solução para o problema e construção, teremos o que nós esperamos da Casa, dos legisladores aqui presentes: respostas imediatas, mesmo porque, conforme foi lembrado pelo nosso amigo da ABRELPE, nós temos que correr contra o tempo. E eu gostaria também de lembrar que em alguns Estados estamos no horário de verão.

Muito obrigado. Meu nome é Elias Bueno, Secretário-Executivo da INESFA e do SINDINESFA, entidades representativas do segmento do comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas.

Fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Muito obrigado, Elias.

Concedo a palavra imediatamente ao Sr. Edson Freitas, Presidente da ABREPET. *(Pausa.)*

O SR. EDSON FREITAS - Quero convidar todos a participarem da Semana Lixo Zero, que está acontecendo em vários Estados do Brasil. E o que é lixo zero, pessoal? É menos no lixo e mais na reciclagem. Menos no lixo quer dizer menos desperdício, menos poluição e menos gastos do poder público. E mais na reciclagem significa mais emprego, mais preservação, mais recursos naturais sendo poupados.

No dia 29, ocorrerá um evento na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com palestrantes de vários países, que falarão sobre a importância do lixo zero. Convido todos a participarem.

Bem, Deputado, depois das apresentações que foram feitas aqui, principalmente a do Carlos e a do Elias, e com as participações dos Parlamentares, eu não tenho quase nada para falar, mas como me pediram objetividade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Resuma.

O SR. EDSON FREITAS - ...eu vou resumir minha fala aqui em um pedido apenas. A situação do setor da indústria da reciclagem é de falência. O setor está falido, morto. Essa é a situação. Nós já vínhamos falando que estamos na UTI. Não sei o que vem depois, mas como disse um amigo: *"Onde está o pessoal?"* Eu



respondi: *“Rapaz, alguns estão rastejando; outros se encontram como zumbis, andando, não sabe como, para continuar nessa luta em favor da reciclagem do meio ambiente”.*

O setor já não aguenta mais. Viemos aqui pedir incentivos, justiça, porque o tratamento dado ao setor é injusto e inconstitucional. Como já foi dito aqui, é disso que nós precisamos para a cadeia produtiva da reciclagem.

A nobre Deputada não está aqui, mas o que precisamos fazer é simplesmente cumprir a lei e fazer com que a justiça aconteça no nosso País.

E está aqui um dos caminhos, na Constituição Federal, Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo I — Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, art. 170, inciso VI, que diz:

Art. 170.

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

“Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real” — Rui Barbosa.

Nós vimos sendo penalizados com a carga tributária, porque o nosso setor não consegue se beneficiar dos créditos presumidos. E a própria Constituição nos garante isso, por esses impostos serem não cumulativos. Mas para o setor de reciclagem eles são cumulativos e penalizam. Imposto como o ICMS chega a pesar quase 50% no faturamento de uma empresa, a não ser aquelas que têm seus contatos e conseguem incentivos. Para quem paga hoje 18%, 19% de ICMS, no bruto, sem direito a se creditar, o peso desse tributo na cadeia chega a 50%, em média.

E aí eu dou um exemplo do desenvolvimento da reciclagem. Eu ia mostrar de outros produtos, mas preferi usar as embalagens PET para mostrar o seguinte: o preço da garrafa PET de 2007 a 2015 se desvalorizou em 41%. Vou usar o salário mínimo como referência, que subiu 107%. Eu não quis listar as outras despesas, como combustível e energia elétrica porque, como os senhores sabem, seria um massacre só.



Então, ao mesmo tempo em que nós paralisamos e, ao contrário, diminuimos o valor do material nesse período, as despesas com o processamento foram aumentando assustadoramente, e aí começou a concorrência desleal e injusta.

Quando o poder público diz que não tem dinheiro para incentivar a reciclagem, eu mostro os dois caminhos: o caminho da insustentabilidade, em que as empresas recebem pela coleta e pelo de transbordo dos materiais aos aterros e lixões — e o final disso, como nós sabemos, é mais aquecimento global e mais recursos. Eu não sei exatamente, Carlos, quanto se gasta no Brasil, mas, no Rio de Janeiro, gastam-se quase 4 bilhões desde a coleta até a destinação inadequada dos materiais em aterros ou lixões; e o caminho da sustentabilidade, que vai desde o catador até a nova embalagem, o qual vem sendo penalizado, e nós não entendemos por quê. Para ser sustentável, o Governo pratica a insustentabilidade conosco; e, para ser insustentável, o Governo paga bilhões e bilhões de reais.

Esse é o ciclo da sustentabilidade. Desde a exploração da matéria-prima até o produto chegar ao consumidor — um caminho de crédito presumido — e do consumidor para o aterro ou lixão, o produto recebe tratamento tributário diferenciado, porque ele é regido pelo ISS e ainda recebe por isso. E nós vamos dar sequência a isso? O catador não gera crédito para a indústria, porque se considera insumo. A indústria é penalizada com uma carga de 19% de ICMS — para quem aterriza e determina o fim das embalagens — e ISS, que em média são 2% em cada Município.

Para darmos continuação à sustentabilidade da embalagem, somos penalizados, fazendo com que essa cadeia fique praticamente estagnada.

O senhor nos deu os números da reciclagem: somos campeões em reciclagem de latinhas. Mas na informalidade, porque, se levarmos para a formalidade, esse sistema não funciona. A matemática é uma só.

Eu quero homenagear esses milhares de catadores não cooperativados que nos fazem campeões em reciclagem de latinhas, na sua maioria mulheres, que vão garimpando pelas ruas.

Eu faço aqui um apelo a todos: mesmo que não haja coleta seletiva, façam o seu protesto, coloquem o seu lixo separado, porque a pessoa vai passar lar e não



vai precisar rasgar o saco de lixo e mexer no lixo, vai levar o saco inteiro. Então, façam a coleta seletiva mesmo que o seu Município não a pratique.

Deputado, podem dizer que o material vem de pessoa física. Eis aí um exemplo que poderia ser copiado para o nosso setor, a Lei nº 12.546, que concede crédito presumido, mesmo o produto vindo de pessoa física. É um exemplo que eu gostaria fosse replicado para o nosso setor também.

Ideias de iniciativas sustentáveis.

No que se refere ao Decreto nº 44.418, o Rio de Janeiro, que quer ser a capital nacional do plástico, conseguiu beneficiar-se. Venha o produto venha de um catador, de uma empresa ou de cooperativa, mesmo assim, nós podemos hoje creditar 100% do ICMS — mas, infelizmente só para o setor de plástico, por enquanto.

Esta lei já está em vigor. Quem quiser ir para o Rio de Janeiro instalar sua indústria de plásticos lá terá incentivo de ICMS. E há um projeto de lei que está tramitando lá que cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais de Reciclagem. Quer dizer, está caminhando esse segmento.

Dizem que não há dinheiro, mas eu queria mostrar alguns números. Falou-se daquela diferença, Deputado, que nós só reciclamos 59, e eu acho que é menos um pouco. Vejamos estes números reais: de 2010 a 2013, o poder público pagou 125 milhões de reais para aterrar 1 bilhão e 500 milhões de reais em matéria prima que poderia ser reciclada, beneficiando pessoas carentes — os catadores, aqueles garimpeiros de rua — e fomentando a cadeia. Então, dinheiro para jogar fora nós temos. Jogaram-se fora 8 bilhões de reais em matéria-prima, como o senhor mesmo disse, e eu estou dando o exemplo apenas do PET.

Aquela matéria que o colega Carlos citou — sobre os 75 milhões de pessoas que podem ter problema de saúde — foi o que me inspirou, Deputado, a fazer um apelo, um pedido a esta Comissão. Quero dividir meu tempo com o companheiro da ABIPLAST que está aqui. Quando eu vi os números, que são fato, são verdadeiros, eu me assustei. Gastar 1 bilhão e 4 milhões de reais todo ano é complicado. Não estou mais falando de desperdício, estou falando de sobrevivência, de saúde, como foi dito aqui pelo Carlos. Isso nos inspirou a tomar uma iniciativa.



Nossas propostas são estas: considerar microempreendedores individuais aqueles catadores de rua individuais, que não podem ser cooperativados; os depósitos de cooperativa serem 100% desonerados; e a indústria poder receber 100% do crédito presumido no ICMS.

Esta cadeia das embalagens de PET, hoje 100% recicladas, funciona, mas há pontos a ajustar: o desequilíbrio concorrencial, quando temos que competir com o poder público; incentivo à coleta seletiva; incentivo tributário para toda a cadeia, como já foi até mencionado pelo colega Carlos.

Aqui eu trouxe esta imagem para dizer o seguinte: se o Governo coloca imposto no cigarro para desestimular o fumo, eu acho que ele faz a mesma coisa com o reciclador, com a multitributação, que inviabiliza a reciclagem. Será que o objetivo é desestimular o nosso setor?

Sr. Presidente, quero fazer chegar às suas mãos um pedido à Frente Parlamentar e à Comissão. Infelizmente o Ministério Público não está aqui. Sabemos que esta Casa produz leis que oferecem incentivos, e nós estamos nesta estrada. Por questão de saúde pública, por questão de sobrevivência de milhares de trabalhadores, eu quero entregar-lhe esta carta pedindo ao senhor que venhamos a entrar com uma ação coletiva junto ao Supremo Tribunal Federal, para que se corrigida a inconstitucionalidade da questão da não acumulação do ICMS, do IPI e do PIS/COFINS. Isso tem que ser corrigido, porque é uma injustiça. Está na lei, e aqui eu explico muito bem isso. Eu gostaria muito de pedir que esta Comissão participe de uma ação coletiva junto com todo o setor da reciclagem, e que, junto ao Supremo Tribunal, requeiramos que seja reparada essa injustiça cometida contra o nosso setor.

Nestes últimos 5 minutos, eu gostaria de ceder a palavra ao meu amigo da ABIPLAST.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Tem a palavra o Sr. Alceu Lorenzon.

O SR. ALCEU LORENZON - Bom dia a todos.

Deputado Carlos Gomes, é um orgulho tê-lo praticamente como um colega de raízes, não só por ser do Estado do Rio Grande do Sul, de onde eu sou — hoje, morador de Santa Catarina —, mas também por sua origem na reciclagem.



Há 15 anos eu venho frequentando esta Casa, pleiteando a sobrevivência do nosso setor. Eu diria que o setor da indústria da reciclagem estava muito preocupado com o risco de chegar ao fundo do poço, e chegou, como disse o meu colega, mas quando chegou descobriu que no fundo do poço ainda havia o subsolo.

A situação está realmente muito delicada. Nós estamos vendo centenas de empresas diminuindo a produção, parando de trabalhar, e isso está trazendo consequências. No mundo político, na área administrativa federal, quando se fala de mil e poucos empresários da indústria da reciclagem, não se tem muita preocupação com o empresário. No entanto, milhares de catadores não têm mais para quem vender, estão com os depósitos abarrotados, e por isso estão parando de trabalhar.

Nesta semana, Deputado, eu estive em São Borja visitando o pessoal de uma associação de catadores. Fui chamado para ver o que vão fazer com aquela montanha de material reciclável que eles têm lá. Eles estão preocupados, porque a indústria não está mais comprando.

O Governo Federal sempre se preocupou, com muito mérito, em atender os catadores, aquelas pessoas sem inclusão social, que são a base primária de todo o setor de reciclagem, já que tudo o que se destina a ser reciclado normalmente passa pelos catadores. Temos que nos preocupar não só com a indústria, conosco, que estamos aqui pensando, mas com milhares de catadores que vão passar a ser mendigos, pedintes, ou talvez se vejam obrigados até ao desvio da prática de furtos para poder sobreviver.

Então eu peço aos Parlamentares que estão aqui que se preocupem muito com a situação. Pelo que eu sei — por ter pouca experiência, apenas como empresário do setor de reciclagem —, discriminação é crime no Brasil, não é? Por que é que discriminar a indústria de reciclagem não está sendo tratado como crime? O único setor no Brasil que paga 100% dos tributos e não tem direito a nenhum crédito é o setor da reciclagem. Isso não é discriminação? Eu acredito que é. Eu acredito que deveríamos inclusive ter direito a indenização pelo crime que está sendo praticado.

Eu estou até um pouco revoltado, Deputado, me desculpe, mas nós estamos sobrevivendo da venda do patrimônio que construímos na vida. O setor está muito penalizado. Desculpe o desabafo.



Eu quero agora apresentar o nosso setor, a ABIPLAST, e a câmara nacional que nós temos. Se me permitirem, já que o tempo é restrito, vou fazer uma apresentação breve do setor.

(Segue-se exibição de imagens.)

A ABIPLAST é a Associação Brasileira da Indústria do Plástico, que congrega 22 sindicatos estaduais do setor de plástico. Dentro dela existe a Câmara Nacional dos Recicladores de Material Plástico, onde nós encontramos um aconchego para tratar dos nossos assuntos. Essa Câmara reúne-se mensalmente para tratar dos assuntos e dos problemas dos recicladores do Brasil. Ela foi montada em 2012, e desde então nós lutamos para encontrar um pouco de justiça para o setor de reciclagem de plástico.

Hoje o setor de transformados plásticos abrange 11.590 empresas, enquanto no setor de reciclagem nós temos pouco mais de mil empresas que reciclam plástico no Brasil. Esse índice é de 2011. O setor geral de plástico gera 355 mil empregos, e o da reciclagem gera 20 mil empregos. Esses números se referem a empregos diretos na indústria, mas, para cada emprego direto, gera-se quase uma centena de empregos indiretos. Enquanto qualquer outra indústria gera três ou quatro empregos indiretos para cada emprego direto, a reciclagem é o único setor que gera quase uma centena.

O faturamento da indústria de plástico é de 59 bilhões de reais, enquanto o da reciclagem é de 2,5 bilhões. Hoje no Brasil são produzidos 6,7 milhões de toneladas de plástico, mas apenas 1 milhão de toneladas é destinado ao setor da indústria de reciclagem. O setor de plástico hoje recicla somente 22% do que é vendido no mercado, enquanto a Suécia, um exemplo positivo, recicla 35%. Nós somos o décimo colocado do mundo em reciclagem mecânica. O plástico representa 20% do resíduo urbano; o papel apresenta o maior índice de reciclagem, e em segundo lugar vem o plástico.

A reciclagem, considerando somente o plástico, tem potencial econômico para gerar 5,8 bilhões de reais ao ano. Então, Deputado, em 10 anos nós resolveríamos todo o déficit econômico do Governo, somente com a reciclagem do plástico, com esse potencial que está sendo enterrado, deixando de movimentar a economia.



Quanto aos benefícios ambientais, cada tonelada reciclada tem o potencial de gerar 56 reais, e há 78% de ganho com redução de emissões e consumo de energia frente ao material virgem.

Sem considerar o setor geral de plástico, considerando somente o setor de embalagens, atualmente são recicladas 444 mil toneladas; o potencial disponível é de 1,58 milhão de toneladas de embalagens ao ano.

Aqui está a situação em que estamos hoje e como sonhamos, como pretendemos ficar.

A classificação fiscal da resina hoje é a mesma que a da resina virgem. A indústria de reciclagem processa um produto secundário, de segunda linha, e o código tributário é o mesmo da indústria petroquímica. Então, há uma diferenciação que nós precisamos fazer. Nosso pleito é identidade tributária. Nós queremos um código tributário diferenciado; na resina plástica, por exemplo, de polietileno reciclado, que haja um dígito a mais para identificar o que é reciclado. Temos que separar o joio do trigo, o que é potencialmente positivo do que não é.

Os tributos são os mesmos que os do setor petroquímico. Estão tratando o reciclador como indústria petroquímica. Dá o que pensar. Nós estamos pedindo, em primeiro lugar, a desoneração total para a cadeia do reciclador. O catador, a cooperativa, o pequeno e o microempresário, a associação, queremos que todos eles sejam desonerados, porque hoje mais de 80% da cadeia de reciclagem é informal, ninguém dá nota. Ou a cooperativa e a associação são regulamentadas, pagam nota, pagam imposto, ou dão 500 ou mil reais por mês para o catador associado viver. Se elas têm que optar por sobreviver ou por regularizar, o que acontece? Têm, antes de mais nada, que sobreviver. Assim, a cadeia só vai ser formalizada no momento em que ela for desonerada.

Em segundo lugar, a indústria que compra o resíduo tem que receber crédito presumido. Se ela comprar, mas o catador não pagar, ela tem que receber o crédito, como acontece com qualquer outra indústria que compra qualquer outro suprimento.

Além disso, é preciso suspensão de PIS/COFINS na cadeia, harmonização da legislação estadual, para ser igual, e desoneração do ISS e do PIS/COFINS também para serviços da cadeia da coleta.



Hoje não há incentivo ao consumo de produtos reciclados. Esse é outro problema. A indústria hoje está reciclando, mas por que é que não está comprando? Porque não está vendendo. Se não vende, não compra do catador, e toda a cadeia para. Não existe incentivo ao consumo. Nas tomadas de preço públicas, a preferência sempre é pelo produto mais bonito, o virgem, e não pelo reciclado. Vamos reciclar para quê? Por que fazer campanha e incentivar a cadeia, se não há consumo? Então, é preciso incentivar. Nas compras públicas, têm que ter preferência empresas que têm selo, que estão certificadas; a preferência tem que ser por produtos fabricados com material reciclado. Aí a reciclagem do papel e a do plástico vão produzir, vão gerar tributos e movimentar a economia, vão criar empregos. Todas as cadeias vão gerar tributos e impostos para a economia. Tem que haver incentivo ao consumo.

Hoje, como eu disse, a informalização das empresas é quase geral. Nós temos dificuldade de conseguir nota. Do que precisamos? Precisamos da desoneração, o que vai formalizar todo o setor. O Governo vai ter informação de quanto se gerou, vai estar tudo informatizado.

Esses são nossos pleitos, a situação atual e do que precisamos.

Eu vou passar rapidamente por esta informação de que podemos criar mil empregos por ano, somente na indústria de plástico, e vou me concentrar nesta aqui: para cada tonelada de plástico que se recicla, reduzimos a emissão de 1,5 tonelada de CO₂. Então, para se preservar o meio ambiente, é preciso reciclar plástico, bem como reduzir o consumo de petróleo, que é um bem esgotável. A cada tonelada reciclada se economiza 1,19 litro de petróleo e 7,5 metros cúbicos de água, que hoje também é um problema nacional. Para cada tonelada reciclada, temos a redução de consumo de 5,1 megawatts de energia. O Brasil também tem problema de energia, e precisamos economizar. Para cada tonelada, temos redução do aterro sanitário. Ouvimos o palestrante Carlos falando do problema dos aterros que estão informalizados. Então, ao reciclar, reduzimos os aterros.

E o principal é a geração de empregos. Para cada tonelada de material reciclado, 7,7 empregos são gerados. Ou seja, cada três de nós pode gerar um emprego por ano. Nós geramos trezentos e poucos quilos de resíduo por ano, então



nós podemos, cada três de nós, gerar um novo emprego, se reciclarmos o nosso resíduo.

Portanto, o potencial do setor é muito grande e não está sendo explorado. Pelo contrário, como disse o colega Edson, estamos sendo penalizados, e pedimos, ou melhor, imploramos a esta Frente Parlamentar que faça seu trabalho. Tenho certeza de que temos bons Parlamentares. Parabenizo especialmente o Deputado Carlos, que tem origem na reciclagem e já sabe no sangue o que é ser reciclador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Alceu Lorenzon, da ABIPLAST.

Quero também registrar a presença do Deputado Arnaldo Jordy, que passou por aqui e já foi para a reunião de outra Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Antes de mais nada, o lugar-comum: quero parabenizá-lo, Deputado Carlos Gomes, pela qualidade que dá a debate dessa natureza, pelo fato de ter na sua história a marca de quem já viveu, na prática, na condição de um reciclador.

Fala-se muito em lixo reciclável, e uma pergunta deve ser feita: há lixo não reciclável? Talvez se pudesse pensar no lixo hospitalar, mas até ele, com processos de alta temperatura, pode ajudar a produzir energia sem poluir a atmosfera, sem produzir gases tóxicos. As tecnologias são várias.

Os dados aqui apresentados mostram realmente o potencial econômico do setor.

É bom que esteja aqui representado o Ministério do Meio Ambiente, porque nós sabemos que na infraestrutura do Estado há muita gente de detém essas informações, que tem consciência.

Acho que a nossa grande dificuldade — daí a importância desta audiência para fortalecer tanto a nossa Comissão de Meio Ambiente quanto a Frente Ambientalista dirigida pelo Deputado Carlos Gomes, que pode cumprir um papel importante — é fortalecer essa luta para a construção de uma política e de algum movimento cívico que, em favor do Brasil, ajude nossos aliados dentro das estruturas do Estado a ganharem força.



Todos nós sabemos que a produção de energia com base fotovoltaica e mesmo a eólica, num país como o nosso, é promissora. No entanto, a Alemanha produz mais energia com base no sol do que nós, que temos sol — é uma irracionalidade. No Norte e no Nordeste não há horário de verão. Por quê? Na minha cidade, que fica 2 graus ao sul, em relação à Linha do Equador, a maior diferença entre o dia e a noite é de 10 ou 12 minutos. Ou seja, há 12 horas de sol! Mas a alegação é que custa caro. Foi muito caro produzir energia solar. Hoje podemos produzi-la em escala, e isso se torna barato.

Não é caro gastar 35 bilhões — mais de 30 bilhões dos quais tomados a juros subsidiados — para fazer Belo Monte, que vai produzir 4,5 mil megawatts?

Todo mundo sabe qual é o caminho, mas o caminho que é melhor para o Brasil não tem força. Existe um pensamento hegemônico que submete todos os setores econômicos não hegemônicos a sua lógica, e ele vai inviabilizando a adoção desse caminho. Acho que esse foi o mesmo raciocínio que se adotou na Copa, que fez com que se destruísse o Mangueirão, um patrimônio histórico, para construir outro estádio: havia o interesse da empreiteira. Há uma série de coisas que são inexplicáveis.

Eu fui Prefeito de Belém e posso até falar com certa moral, porque, no último ano do meu Governo, eu tive a honra de merecer o Prêmio Dubai-2004 para melhores práticas de gestão urbana, entre as dez melhores experiências do mundo. E com qual projeto? Com o Projeto de Desenvolvimento Humano da Comunidade do Aurá.

Mas o que era esse projeto? Era um projeto de engenharia, da área de saneamento, em aterro sanitário e de engenharia social. A que ele se resumia? Nenhuma criança cataria lixo. Os pais teriam seus direitos de catadores preservados, mas em outra condição. Para aquilo que não chegava reciclado, haveria galpões construídos, financiados por empréstimo da Caixa Econômica Federal, para que o trabalho de separação fosse feito de forma higiênica, segura. Havia ainda a implantação do Sistema Seletivo de Coleta e outro recurso emprestado para comprar inicialmente 8 mil e 200, depois mais 8 mil e 200 e poucos contêineres, para ampliar o número de bairros com a coleta seletiva. Tanto o



trabalho dos catadores diretos no aterro quanto a coleta seletiva seriam feitos por cooperativas populares.

Seria a paz eterna? Não. Houve momentos em que se teve que resolver conflitos. Por exemplo: um empreendedor de plástico de Belém encontrou-me, quando eu era Prefeito, em uma inauguração, e disse-me assim: *“Prefeito, nós temos que conversar, porque tem um pessoal lá de Pernambuco levando todo o nosso plano”*. Eu disse que esse era um problema econômico, e eu não tinha como interferir. A cooperativa tinha autonomia, era uma empresa de direito privado. Não era porque nós incentivávamos a formação e dávamos a elas assistência técnica que iríamos definir quem seria o cliente. Disse-lhe, então: *“Dê o menor preço, para ver se você ganha”*.

Do ponto de vista técnico, em relação ao aterro — eu gostaria de ouvir a opinião de vocês—, funcionou bem, em Belém, a biorremediação do lixo, tecnologia produzida por um grande cientista hoje aposentado, Luiz Mário Queiroz Lima, professor da Universidade de Viçosa, com doutorado. Em que consistia seu projeto? Consistia em fazer com que as células tivessem um certo grau de impermeabilização, mas não impermeabilização total, de maneira que o chorume tornar-se-ia mais difícil de alcançar os lençóis freáticos; e uma bactéria específica seria usada para tornar inerte o lixo em menos tempo. Ou seja, em vez de passar 35 a 40 anos para o lixo se tornar inerte, isso ocorreria em 3 a 4 anos. Então, conseguiríamos reduzir em 90% o tempo de poder infeccioso de um resíduo. Isso significava dizer que não havia necessidade de fazer mais desmatamento, mais aterro.

Eu quero dizer, com tristeza, para mostrar como o lucro influencia, como os financiadores de campanha acabam sendo vitoriosos, que, no dia 1º de janeiro de 2005, eu saí para São Paulo, para fazer o meu doutorado — já não era mais Prefeito. O Governo Municipal não deu continuidade ao projeto, e as crianças voltaram a catar lixo.

Hoje, se vocês pegarem as notícias, vão ver que quase semanalmente ocorre um acidente em Belém no antigo aterro, que está sendo desativado. Como se abandonou o projeto, ocorrem incêndios, que poluem toda a cidade. O aterro está exatamente às margens da BR-116, a nordeste de Belém, e, no nosso caso, os



ventos dominantes são o que vêm de nordeste. Então, a cidade recebe aquela poluição oriunda do lixo, porque estão explodindo os gases que estão sendo produzidos lá, por conta do fim de um projeto que recebeu prêmio em Dubai. Realmente, é triste ver isso.

Eu digo isso com tristeza, mas, ao mesmo tempo, com a alegria de ver este evento e a representatividade de vocês. Com certa tranquilidade, nós podemos nos sentar, Deputado — e conte comigo —, para pensar em quais são as normas.

Agora, é verdade também que, apesar de toda a vontade que possamos ter — e sob o comando de quem vive a emoção deste tema, como o Deputado Carlos Gomes —, nós temos a limites. Daí a importância de se envolver alguns outros Ministérios, não só o Ministério do Meio Ambiente. É preciso formar um grupo de trabalho. Sabem por quê? Tudo aquilo que gera despesa nós, Parlamentares, só podemos debater durante a elaboração das leis orçamentárias. E, mesmo assim, eu não posso criar mais despesa. Se eu tenho 1 bilhão para gastar em um setor e quero gastar em outro um pouco mais do que está previsto, eu posso até fazer mudanças, em alguma medida, mas não posso inventar volume de recursos.

De modo que temos limitações. O que não parte do Executivo é considerado inconstitucional.

Eu sou da Comissão de Finanças e Tributação e, às vezes, vejo uma ideia linda, mas não posso ser leviano nem cometer ilegalidade: eu tenho que dar parecer pela incompatibilidade financeira e orçamentária. É triste. Por coincidência, vejam aqui (*mostra papel*). Nós íamos debater isso, mas foi suspensa a sessão. São vários projetos com parecer pela incompatibilidade ou inadequação financeira orçamentária. Pegue qualquer um e veja — eu posso apontar. Esta ementa diz: “*Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa anual por hectare pelas cooperativas de garimpeiros em operação no País*”. Pode ser um tema lindo, mas gerou despesa, e é preciso dizer qual será a fonte dos recursos. Eu posso até sugerir o aumento do imposto dos bancos, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, mas não é fácil, porque os banqueiros elegeram muitos Deputados e Senadores — os recicladores, não tão facilmente. Aí fica o interesse hegemônico mantendo-se hegemônico, e a solução para o País fica meio de escanteio. Mas não podemos desistir.



Meus parabéns.

Eu integro também a Comissão que discute a PEC dos indígenas. Desculpem-me, mas vou ter que sair. Espero poder colaborar.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues, que é professor, Prefeito e agora grande Deputado. Obrigado pela contribuição.

Passo a palavra à Sra. Zilda Maria Faria Veloso, Diretora de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Agradeço a presença do Dr. Marcelo Arguelles de Souza, representante da CNI. Muito obrigado, Dr. Marcelo. De coração, eu lhe agradeço a presença.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Obrigada pela oportunidade, Deputado Carlos Gomes.

Quero cumprimentar os demais Deputados presentes e os colegas da Mesa. Eu acho que a Comissão foi muito feliz na convocação desta audiência e desse tema.

Eu vou tentar ser objetiva, para que ainda tenhamos algum tempo para debates.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu estive aqui muitas vezes. Desde 1993 venho participando de audiências, de debates, acompanhando meus diretores e, na época, do IBAMA, o Presidente do órgão, algumas vezes.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ficou por 21 anos sendo discutida aqui. Ela é uma política extremamente inovadora. Ela traz a possibilidade de um inter-relacionamento muito grande, mas não vem totalmente completa. É uma lei muito positiva, mas ainda carece debates como este, para se discutir o que ainda pode ser feito, seja por meio da mudança de marcos legais, seja pela criação de outros marcos legais, para acrescentar algo de positivo à política.

Eu acredito que não haja da parte de nenhum de nós que estamos aqui, principalmente, qualquer dúvida quanto à importância dessa política. Ela é extremamente importante. Mas nós estamos falando aqui sobre um tema que é



muito caro para o meio político hoje, que seria a desoneração ou os incentivos econômicos e financeiros que a Política Nacional de Resíduos Sólidos traz como instrumentos. Mas ela não os detalhou, até porque não seria possível detalhar tema tão específico sobre uma política local.

Por que o Ministério do Meio Ambiente está falando sobre isso? Porque essa política está diretamente vinculada à política ambiental. Então, o Ministério do Meio Ambiente é coordenador nato dessa política. Hoje sou Diretora de Ambiente Urbano, mas praticamente trato de resíduos sólidos. Isso diz respeito só ao meio ambiente? Não. Diz respeito também ao Ministério da Saúde, à FUNASA — Fundação Nacional de Saúde, ao Ministério das Cidades e a uma série de outros Ministérios que participam dos fóruns de debate e implementação da política, coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente.

Uma das coisas de que estamos falando é sobre a reciclagem. Ela tem que ser pensada do ponto de vista ambiental. Ela está na Política Nacional de Recursos Sólidos para que se poupe recursos naturais — Carlos já falou um pouco disso, o Elias e o Edson também — e, com isso, se economize não só a matéria-prima, mas também água, como falou aqui o representante do setor de plástico. Além da matéria-prima, economiza-se água e energia por meio da reciclagem. Ela veio dentro da política ambiental para tentar reduzir a pressão sobre os recursos naturais, não só matéria-prima, mas também energia e água. Ela tem conexões com a Lei Federal de Saneamento Básico, a Lei nº 11.445, que estabelece como um dos princípios fundamentais do saneamento básico o manejo dos resíduos sólidos. Mas ela só fala em resíduo sólido urbano, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos fala em todas as fontes de geração de resíduos sólidos — resíduo da agricultura, da saúde, da indústria, da mineração, do transporte.

Nós estamos falando em reciclagem, mas a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 9º, diz que nós temos que obedecer a uma cadeia para fazer qualquer plano e gestão, e a reciclagem é um dos degraus — não que ela não seja importante. As ações relacionadas à gestão e ao gerenciamento feito pelos Governos ou feito pelas empresas têm que seguir esses degraus.

Portanto, a reciclagem é importante — concordo plenamente com tudo o que foi falado aqui —, mas o gestor municipal, a indústria que precisa fazer o seu plano



de gerenciamento de resíduos tem que pensar nessa cadeia como um todo. Então, antes de pensar na reciclagem, ela tem que pensar na não geração, na redução, na reutilização e só então na reciclagem.

A lei, que ficou por 21 anos em discussão, fala em prazos. Eu só falo nesse eslaide sobre os prazos. Diz aqui que a lei determina o prazo de 4 anos para que os resíduos não sejam mais depositados em lixões. Eu quero fazer uma ressalva. Não é só isso que a lei fala. Do ponto de vista ambiental, a meu ver, a lei nem podia dizer isso. Ela dá esse alento aos Municípios, estabelecendo o prazo de 4 anos, mas se a lei está vinculada à política ambiental. Depositar resíduo no lixão já era crime em 1981, quando a Lei nº 6.938 foi publicada. Eu disse isso uma vez a um Secretário, e ele me falou que eu estava sendo muito radical. Eu disse a ele: *“Não estou sendo, estou lendo estritamente a lei”*.

Então, depositar lixo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Desculpa, foi isso o que eu falei em plenário, quando íamos votar para prorrogá-la.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Eu falei: *“Independentemente de prorrogar ou não, a Lei de Crimes Ambientais vai continuar atuando. Ponto”*.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Desculpe.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Isso gera um conflito na hora de autuar. Então, o senhor está corretíssimo.

A lei não fala só isso. Ela diz, no art. 54, que, até 4 anos após a publicação dessa lei, deverão ter disposição final somente os rejeitos. Muito mais do que construir aterros, é preciso implantar a coleta seletiva plenamente.

O Carlos trouxe um número até bonito: 65%. Mas quando a gente vai ver o rebatimento dentro do Município, há Municípios que têm menos de 10% de coleta seletiva na sua área municipal.

E o plano pressupõe. O Município quer construir qualquer estrutura de apoio à gestão de resíduos sólidos, seja um aterro, seja outra unidade de tratamento, seja uma central de separação e triagem para abrigar os catadores, seja qualquer



recurso federal, ele tem que ter o plano. Então, tem-se que fazer o plano para se estruturar.

Neste caso, eu acho que a política foi extremamente lúcida e positiva: o plano é um instrumento de execução da política. Então, ele é necessário não para ficar na prateleira, mas para dizer quanto se gero de resíduo, onde se quero reduzir, como se quer tratar esse resíduo. E isso porque, muitas vezes, o gestor municipal não é um técnico da área.

Até 2010, o Prefeito procurava o Governo Federal para solicitar recurso para construir o aterro. Construía o aterro. Ao dispor o resíduo no aterro, ele estava dando a ele uma destinação ambientalmente adequada. A política ambiental fala que não é só isso: ele tem que reduzir, tem que incluir os catadores e promover a reciclagem, com todas essas dificuldades que foram ditas aqui — eu não vou repeti-las, porque os representantes do setor empresarial têm até mais propriedade do que o próprio Governo para falar dessas dificuldades. São esses os desafios.

Eu vim aqui mais para fazer uma provocação, para mostrar os desafios que a política nos traz.

Eu apresento agora quais são os atores, mas poderíamos colocar numa palavra só: a sociedade como um todo. O Governo, nas suas três instâncias básicas — federal, estadual e municipal —, todos com a obrigação de ter planos municipais ou planos intermunicipais. Se eles são detalhados por particularidade de cada Município — é o famoso plano de consórcio —, eles são aceitáveis, desde que se atenda ao conteúdo mínimo que está lá no art. 13 da lei.

Há quem possa dizer: *“Ah, mas eu tenho o Plano de Saneamento Básico”*. Pode ser também. Faça um detalhamento, publique um novo decreto, atenda ao art. 13, porque ele está valendo também. Não existe uma questão rigorosa.

É preciso plano estadual? Para quê?

Nós vimos na construção da Política de Saneamento — na Política de Resíduos Sólidos isso é muito claro — que, se o Estado não interfere, fazendo minimamente a organização espacial...

Tem em um ponto do plano estadual que eu acho importantíssimo, que é o estudo de regionalização que o Estado tem que construir. Ele vai apontar as possibilidades de consórcio. E, em um número muito grosseiro, se o senhor é



Prefeito de um Município com 10 mil habitantes, o senhor vai gastar — isso são dados até do TCU — em torno de 1.200 reais ao ano, por habitante, para ter a sua unidade de gestão de resíduos. Se o senhor está adotando essa mesma ideia para um Município de grande porte, que tenha mais de 1 milhão de habitantes, ou um consórcio, esse custo pode cair até 15 reais, por habitante, por ano. Ele não pressupõe que a Prefeitura também tem que pensar numa taxa, numa equipe para acompanhar isso. Por exemplo: com 15%, eu vou construir um aterro para abrigar os rejeitos, e em período de 10 anos ele estará operando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - V.Sa. tem mais 5 minutos. Desculpa.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Certo.

Então, 15% desse valor é para construir, o resto é para operar. Então, eu tenho que me lembrar de que preciso de recurso para operar. Mas eu só vou ter isso se eu tiver uma taxa específica para isso. É um custo. Transporte é oneroso. No que se refere à manutenção, o transporte é a fatia mais custosa para o Município, para ele recolher porta a porta o resíduo.

As inovações da lei. Eu já falei sobre consórcio — o Carlos introduziu o tema. A logística reversa; um sistema de informações.

Essas aí são as oportunidades da lei: os planos; a coleta seletiva — é um pressuposto básico; a reciclagem, que nós estamos debatendo aqui hoje; a chamada logística reversa, que é uma novidade. O que é isso? Eu tenho outro eslaide sobre ela. Eu vou falar da logística reversa depois que eu falar sobre o próximo eslaide.

Acabei inserindo esse eslaide numa reflexão sobre dois aspectos importantes da reciclagem com a Política Nacional de Resíduos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem dois braços principais, vamos dizer assim. Um deles é o elo que ela tem com o poder público municipal e o estadual. E aí, a coleta seletiva representa um papel importantíssimo. Foi falado aqui que o consumidor precisa ter incentivo. O consumidor precisa receber a informação de que ele precisa separar.

Eu digo sempre: se o cidadão, na sua casa ou nas suas atividades particulares, comerciais, de trabalho, de lazer, não fizer a separação, a cadeia toda não funciona. A cadeia todinha não funciona. *“Ah, eu vou falar de logística reversa,*



que é a responsabilidade da indústria, do comércio e do importador de receber os produtos, os pneus, as pilhas e as baterias e dar-lhes a destinação adequada.” Se o consumidor não os levar ao lugar certo, nada vai andar. E como é que ele vai saber disso? Eu duvido um pouco que, se eu pagar para ele trazer o lixo, ele o faça. Eu acho que ele tem que ser sensibilizado para chegar lá. Por quem? Pelo poder público municipal; pela indústria, na hora em que fizer a implantação da sua cadeia de logística reversa; pela imprensa; de todas as formas possíveis. Isso é importante para que o consumidor saiba da importância desse ato.

O Ministério do Meio Ambiente tem um projeto na área de produção e consumo sustentável que envolveu a cadeia do plástico também, para estimular o uso consciente das sacolas plásticas. Ninguém recebia nada demais para não usar a sacola plástica. E nos últimos 5 anos nós observamos não uma eliminação, mas uma redução positiva do uso da sacola plástica. Não é aquela coisa assim: “Ah, ela está ali e eu não estou pagando por ela”. Não, você está, sim, pagando por ela. Mas pode usá-la de forma consciente. Não é a eliminação de uma facilidade que ela proporciona.

E o segundo ponto é tratar a reciclagem dentro da logística reversa.

Essa é a hierarquia do plano. Já falei disso.

Aqui é a quantidade. Esse número está atualizado; o mapa, não. Em 2015 nós tivemos 2.323 Municípios com plano de gestão integrada de resíduos, ou seja, não chegamos ainda a 50% dos Municípios com o plano. Ele não é aprovado no âmbito da lei. O Município precisa atender ao conteúdo mínimo. Se o Município quiser recursos federais, é preciso analisar e aprovar ou vetar o plano dentro do escopo da lei.

Essa é a distribuição espacial. Os números da direita são importantes. Isso é importante tratarmos e foi um argumento utilizado nesse debate de prorrogação do prazo dos lixões. Nós temos 113 cidades no País com mais de 250 mil habitantes, ou seja, de um universo de mais de 5.500 Municípios, temos 299 cidades com mais de 100 mil habitantes. Se nós conseguíssemos atacar prioritariamente esses centros, conseguiríamos um pouco mais de fôlego para chegar aos pequenos Municípios. O objetivo é atender a todos os Municípios, não é atender só a esses



Municípios. Num universo de mais ou menos 5% dos Municípios moram 56% da população. Esse é um aspecto importante para sobre ele nos debruçarmos.

Esses são os dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE. O Carlos já falou disso.

A composição gravimétrica da coleta seletiva. São dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem — CEMPRE.

Nós estamos trabalhando no Ministério do Meio Ambiente numa norma sobre padrão de qualidade de composto orgânico. É importante as Prefeituras também estarem atentas ao fato de que a parte orgânica também pode e deve ser reciclada. Ela diminui o volume e a periculosidade do resíduo orgânico. Em alguns países da Europa é obrigatória a promoção da compostagem orgânica dos resíduos. *“Ah, lá eles têm campo, têm mercado para os resíduos orgânicos.”* Um pouco tem, mas quando esse elemento orgânico sofre a compostagem e há a separado da fração inerte, é mitigada a periculosidade do resíduo, reduz-se o chorume, ele pode ser até depositado no solo. Ele não vai contaminar como se estivesse num lixão ou num aterro de matéria orgânica.

Essa é a logística reversa, um instrumento novo constante da lei. Está nos artigos 30 a 36. É um instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por diversas ações em que são imputadas responsabilidades à cadeia de produtos e embalagens que ela relaciona. Ela relaciona, prioritariamente, como produtos sujeitos à logística reversa, os eletroeletrônicos, as lâmpadas, os pneus, as pilhas e baterias e os agrotóxicos, seus resíduos e embalagens. Acho que foi o Deputado Ricardo Tripoli que falou em relação a essa cadeia. Hoje as embalagens de mais de 93% do agrotóxico vendido no País retornam ao setor de reciclagem. É um setor exitoso. Existe uma lei específica, que antecedeu a política da Lei nº 12.305, de 2010, mas ela também é positiva dentro da lei; não é contrária à lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Foi o Deputado Valdir Colatto que falou.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Estou terminando.

E temos os óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, além das embalagens em geral, que vão para as residências dos consumidores com alimentos, bebidas e pequenos bens de consumo, e os medicamentos.



Nós já temos dois acordos setoriais assinados: o de embalagens plásticas e óleos lubrificantes e o de lâmpadas. Deve ser assinado agora em novembro o acordo de embalagens em geral, com 21 associações. Acredito que 40% do PIB nacional estejam dentro desse acordo. E nós temos cadeias que já existiam antes — das embalagens de agrotóxicos eu já falei —, e temos pneus, pilhas e baterias e óleos lubrificantes, que são resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, que deverão ser revistas na forma de novos acordos setoriais.

Para finalizar, esses são os investimentos que o Governo Federal fez depois da publicação da política. Não são investimentos apenas do Ministério do Meio Ambiente, como procurei detalhar ali. O Ministério do Meio Ambiente prestou apoio à elaboração de planos estaduais; o Ministério das Cidades, à construção de estruturas e obras de apoio à gestão de resíduos sólidos em Municípios com população acima de 50 mil habitantes; a FUNASA, em Municípios abaixo de 50 mil habitantes; e também alguns recursos para catadores estão incluídos nesses valores.

Para concluir, Deputado — eu não vou ler, porque já esgotei o meu tempo —, um dos comitês que ajuda na construção da política de resíduos sólidos debruçou-se sobre o assunto de incentivos econômicos, financeiros e creditícios. A Confederação Nacional da Indústria — CNI participava desse grupo e ofereceu um estudo extremamente detalhado, amplo sobre o assunto. Eu acredito que a CNI pode e deve disponibilizar esse estudo aos senhores. Com ele nós temos um ponto de partida, uma rota a ser seguida. Essa rota passa não só pelo incentivo, mas também, às vezes, pela desoneração, que pode trazer uma contribuição muito grande ao setor de reciclagem para que ele chegue à efetiva reciclagem daquilo que é coletado do resíduo.

Esses são os nossos contatos. Nós temos uma página na Internet, do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos — SINIR, e aqui está o contato do meu departamento e o meu telefone. Desculpem-me se eu ultrapassei um pouco o meu tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sra. Zilda Maria, que está aqui representando o Ministério do Meio Ambiente.



Eu vou passar a palavra ao último, mas não menos importante, expositor, Sr. Jucemar Buzin, Diretor do Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Embalagens e Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Rio Grande do Sul — SINPASUL e também empresário da reciclagem de aparas de papel.

Antes, porém, quero registrar a presença do Deputado Celso Maldaner, de Santa Catarina. Agradeço a sua presença, Deputado. Assim que o Sr. Jucemar terminar sua exposição V.Exa. poderá fazer uso da palavra.

Eu também vou abrir inscrições para os convidados, que estão aqui desde o início da audiência pública, para também se manifestarem. Eu vou reduzir o tempo, mas, pelo menos para três participantes, nós podemos esticá-lo para 5 minutos, para que possam ser feitos questionamentos, perguntas ou outras contribuições para esta audiência.

O SR. JUCEMAR BUZIN - Bom dia a todos.

Deputado, parabéns, porque o seu compromisso conosco — e vejo aqui uma foto de quando o senhor esteve lá na empresa; somos nós ali ao lado de alguns fardos de aparas — foi o de realmente brigar por uma política um pouco diferente para o reciclador!

Falar por último tem uma grande vantagem: eu não vou precisar dizer muita coisa, porque quase tudo já foi dito.

Só para se ter uma ideia, eu vou passar alguns números sobre o papel. O consumo de aparas, em 2014, foi de 4.515 mil toneladas. É um volume de papel reciclado muito grande. Na verdade, fala-se que o reciclado é lixo. É lixo enquanto não chega às nossas fábricas, porque lá ele é matéria-prima, e é tratado como tal. É preciso existir um incentivo para que continuemos nessa luta.

Ao mandarem fazer os seus cartões pessoais, orcem os de papel reciclado e o outro para compararem os preços. O branco é mais barato, e isso não tem nenhuma explicação. Realmente, toda a parte produtiva da reciclagem não tem crédito de nada, tudo é custo. Enquanto a apara está na rua, é lixo, e não há problema nisso; mas quando vem para dentro da nossa fábrica passa a ser matéria-prima.

Nesse caso, Dona Zilda, se aparece alguém do Meio Ambiente na nossa fábrica e aquela apara está depositada de forma um pouco diferente, é um sério



problema. Então, nós que trabalhamos com o reciclado precisamos realmente de incentivos para continuar essa luta.

No Rio Grande do Sul nós tínhamos umas sete ou oito empresas de reciclagem. Hoje deve haver duas recicladoras lá, porque as outras estão trabalhando com um papel — eu não lembro bem o nome — da celulose. Existe a Rio Jordão, a maior, que recicla mais ou menos 5 mil toneladas por mês, e nós, com a nossa pequena empresa, em torno de 3 mil. O resto está indo: *“Para que eu vou trabalhar com uma matéria-prima de que eu não tenho crédito — é muito mais difícil fazer conta — se eu posso trabalhar com a matéria-prima virgem, a celulose?”*

Realmente a situação do reciclador precisa ser revista com urgência.

O Carlos, no início da apresentação, com muita propriedade, afirmou que é uma questão de sobrevivência. Se ficar 15 dias sob a chuva, o papel perderá as propriedades e vai virar realmente lixo e terá que ir para o aterro, porque não haverá mais o que fazer com ele. Mas se houver interesse econômico no papel para que as empresas tenham resultado, consigam pagar melhor aos catadores... Até brincamos: *“Os miseráveis têm um trabalho danado para catar o papel.”* Aí o mercado começa a encolher e o que acontece? O preço da apara hoje está 38 centavos. Eu pago dentro da fábrica 38 centavos pelo quilo. O catador deve receber uns 12 centavos — e já pagamos 45 centavos, 48 centavos. Não é que esse resultado passou para a lucratividade das empresas, não. O preço todo baixou. Nós não temos para onde correr. Volta-se para trás na cadeia. O reciclador começa a ter mais dificuldade, começa a ter menos interesse em recolher aquele material. Quando ele não tem interesse no papel, vai catar o PET ou a latinha de cerveja. Ele vai selecionando e o resto continua sendo lixo.

Então, eu acho que, se tivermos um incentivo para continuarmos nessa luta, com certeza esse problema se reduzirá. É o primeiro gasto. Nós vemos isso porque temos uma empresa e fazemos a conta assim: *“Bom, se eu estou com dificuldade, eu ataco os gastos, mas eu invisto em produtividade, porque, para eu melhorar, eu preciso produzir mais”*. Meu cliente não aceita o preço necessariamente.

Quando pedimos alguma coisa ao Estado, ele faz uma conta: *“Eu vou deixar de arrecadar”*. Não sei se vai deixar de arrecadar. É uma questão a ser bem analisada, porque, como foi exposto pelos outros palestrantes, o que se gasta



depois que o material vira lixo é muito dinheiro. Será que não compensa nós termos um incentivo maior para pegar mais material para que não acabe lá no lixão, onde a Prefeitura tem que pagar a conta para resolver isso? Essa é a questão que precisa realmente ser vista.

E digo que pode funcionar. Quando um Deputado Estadual do Rio Grande do Sul nos ajudou lá, o Governo do Estado nos incentivou com ICMS. No Estado, hoje, nós temos um crédito da apara que se compra. Aí é possível, realmente é possível. Lá, graças ao Deputado e a uma comissão, nós conseguimos isso. Até 2 anos atrás melhorou um pouco. Antes havia um monte de conta a fazer para chegar a um número que nos poderiam creditar.

Hoje são creditados 17% sobre o valor da compra de aparas. Isso, com certeza, nos deu sobrevida. O Edson disse que tem gente que já está rastejando. Esses incentivos nos deram força para rastejar mais um pouquinho. Essa é a verdade.

Então, reitero: tudo o que foi solicitado é sobre imposto. Precisamos ter incentivos, é preciso que haja vontade política para continuarmos fazendo esse trabalho.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Jucemar Buzin.

Nós já ouvimos todos os debatedores da Mesa. Vamos passar a palavra também aos convidados, que estão conosco desde o início da audiência pública.

Solicita a palavra o Sr. Luiz Henrique, Vice-Presidente Regional do Sindicato das Indústrias Plásticas do Rio Grande do Sul — SINDIPLAST.

O SR. LUIZ HENRIQUE HARTMANN - Eu coordeno também o Comitê de Reciclagem do SINDIPLAST e represento o sindicato estadual na Câmara Nacional dos Recicladores de Material Plástico, da ABIPLAST.

Eu só queria aqui complementar a explanação do Alceu e reforçar os nossos pleitos. Tudo o que nós estamos pleiteando, tudo o que nós estamos buscando em termos de crédito de PIS/COFINS na cadeia que envolve o setor plástico passa por um pré-requisito e por um primeiro momento, que é o da criação da identidade



tributária para resina reciclada. Esse é o marco de qualquer incentivo ou de qualquer busca de incentivo tributário.

Nós estamos há muito tempo trabalhando junto com MDIC no GT3. Nós já estivemos a ponto de obter esse benefício, a partir de trabalhos que foram feitos ao longo dos últimos 3 anos, 4 anos, e nos deparamos com o problema de que a nossa classificação fiscal é a mesma dos produtos produzidos pelo fabricante nacional de resina virgem, no caso, a Braskem.

Então, qualquer incentivo que viesse a haver na área de crédito tributário poderia escorregar e derivar para a possibilidade de fraude junto aos transformadores de matéria-prima virgem, em função do uso de um ou de outro material. Então, isso, além de criar entraves para a existência desse incentivo, nos últimos anos tirou da cadeia da reciclagem alguns benefícios, como, por exemplo — o Alceu comentou —, a desoneração da folha.

A desoneração da folha não foi possível na cadeia da reciclagem porque está classificada da mesma forma que a indústria petroquímica, que é de alto capital intensivo e baixo capital do trabalho, baixa mão de obra. Ela não foi beneficiada pela desoneração. Aliás, ela não foi incluída porque não seria beneficiada sobre o faturamento.

O Bloco K do SPED Fiscal acabou de ser prorrogado. É um SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) novo, que vai ser o controle dos estoques e que será avaliado. As empresas deverão apresentar todo mês a variação dos seus estoques, incluindo as perdas. A cadeia da reciclagem foi considerada com 2% de perda, quando, na prática, a perda chega a 30%, 40%. Por quê? Porque a classificação fiscal — de 39,01% a 39,14% — é para produtos virgens, e ali são 2%, já que, numa produção virgem, quem perde 2% está até gastando muito. Há empresa que chega a 0,5%.

Isso está criando mais problemas a partir das novas implementações fiscais, que aí, sim, vão enterrar de vez o setor, porque todo mundo iria para a informalidade. Quem está formalizado, pelo contrário, vai procurar a informalidade.

A Deputada de Santa Catarina, Geovania de Sá, perguntou o que devemos fazer e por onde devemos começar. O nosso pleito na área do plástico é o seguinte:



não podemos fazer nada se não conseguirmos junto ao GT3 uma identificação tributária diferenciada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, de Caxias do Sul. Em seguida fará uso da palavra o Deputado Celso Maldaner.

Deputado Mauro Pereira, com a sua anuência, vou passar em primeiro lugar a palavra ao Deputado Celso Maldaner. Pode ser?

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Pode. Será um privilégio ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado pela gentileza.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Na pessoa do Deputado Carlos Gomes, proponente do requerimento para a realização deste evento tão importante, eu gostaria de cumprimentar todos os expositores e, na pessoa dos expositores, quero cumprimentar os catarinenses que estão aqui prestigiando o SINDIPLAST, da cidade de Xanxerê, que tem como Diretor o Sr. Djalma Velho Azevedo.

Cumprimento o Vice-Presidente Regional do SINDIPLAST, Sr. Luiz Henrique Hartmann, de Porto Alegre, que usou a palavra agora.

Cumprimento o Sr. Alceu Lorenzon, de Xanxerê, Presidente do SINDIPLAST.

Aqui nos sentimos em casa neste momento. Eu sou um pouco suspeito para falar desse setor porque trabalho com isso, sou um reciclador. Eu trabalho com recapagem de pneus. Eu sou o maior consumidor do Sul do Brasil de borrachas da Vipal, a maior fábrica da América Latina, localizada em Nova Prata, Rio Grande do Sul. Nós temos unidades em Garapuava, Toledo, Cascavel, Maravilha — onde está a matriz —, Videira e, na Grande Porto Alegre, em Gravataí. Estamos também em Caxias e Lajeado.

O nosso setor foi beneficiado no ano passado, mas, infelizmente, o benefício foi vetado. Nós teríamos isenção de PIS/COFINS sobre a recapagem. Por que isso é tão importante para esse setor? Porque um pneu leva 500 anos para se decompor na natureza. E nós pegamos a carcaça que não está fadigada e damos a ela mais duas ou três vidas. Podem os senhores imaginar quantos litros de petróleo são economizados. O pneu careca, que fez 120 mil quilômetros quando novo, eu faço



rodar mais 120 mil quilômetros com uma recapagem. Dependendo da carcaça, se ela for boa, como as da Bridgestone e Michelin, nós tiramos mais duas ou três vidas. Ali está o segredo do transporte, que hoje é tão penalizado neste País.

Então, há uma briga muito grande com os fabricantes de pneus. E nós conseguimos isso. Daria em torno de 300 milhões de isenção, o que para o País não é nada. Quantas isenções foram dadas? Cinquenta e seis setores aqui foram beneficiados. Mas, infelizmente, o momento não é bom. Eu sou o atual Presidente da Comissão Mista, composta por Deputados e Senadores, que analisa a Medida Provisória nº 690, que revoga a Lei do Bem, aprovada em 2005. A Lei do Bem, que teria efeito até o fim dezembro de 2018, está sendo revogada e vai entrar em vigor outra agora em dezembro, porque o Governo quer arrecadar, só com essa lei, que é para a inovação tecnológica... Nós temos centros tecnológicos em Florianópolis que são um modelo para o País. Os empresários todos investiram no setor e agora vai ser tirado esse benefício para arrecadar 7 bilhões. Tem gente entrando até em recuperação judicial. Então vão ser retirados esses benefícios?

Hoje os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul pagam 0,73% por garrafa de vinho. Vão passar a pagar sobre o valor que sai da fábrica. Quer dizer, o IPI vai para 10%.

O momento é muito difícil, mas esse setor tem que ter uma política diferenciada, pelo amor de Deus!

Eu já estava tranquilo porque a reciclagem de papel, papelão... Nós temos muita ligação com Tangará e outras empresas. Eu achei que já estava vigorando a isenção de PIS/COFINS, porque é um setor que tem que ter uma política diferenciada. Ela gera emprego, não podemos comparar.

Eu gostaria só de dar o meu testemunho aqui. Estou comprometido com o setor. Queremos retomar esse trabalho. Eu acho que a reciclagem é fundamental para o País e gera muito emprego. Eu fui Prefeito três vezes na cidade de Maravilha e ajudei a organizar pequenas cooperativas de catadores, sempre incentivando o setor.

Eu não sei se vocês conhecem a empresa Tucano, que hoje opera em todo o oeste de Santa Catarina. Ela nasceu em minha segunda gestão, em 1993, quando eu fazia o calçamento da cidade. Eu não sabia o que fazer com o lixo. Era um



problema Em 1988, quando terminei o primeiro mandato, montei uma usina de reciclagem, mas não se deu continuidade a esse trabalho. Daí nasceu, em Maravilha, a empresa Tucano, que hoje acredito ser a maior de Santa Catarina. A empresa nasceu em razão do nosso pedido, porque nós não sabíamos o que fazer com o lixo orgânico também.

Então, graças a Deus nós estamos ligados a esse setor. Eu gostaria de declarar aqui que estou comprometido com o setor, quero ajudá-lo. Trata-se de um setor muito importante, que gera muitos empregos — eu vi os dados aqui com o colega.

Portanto, eu gostaria apenas de dar o meu depoimento e parabenizá-lo mais uma vez pela iniciativa, Deputado Carlos Gomes. Conte com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Celso Maldaner, pelo seu depoimento. Dá para ver o sentimento em suas palavras, porque quem está envolvido com o setor não tem como deixar de falar dele com sentimento.

Também pediram a palavra o Sr. Luiz Arcoverde e a Sra. Priscila Álvares.

Eu vou pedir a alguém que recolha as inscrições para ouvirmos todos sem cometer injustiça.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Carlos Gomes; o Sr. Jucemar Buzin, nosso amigo de Caxias do Sul, Diretor da SINPASUL; a Sra. Zilda Maria Faria Veloso; o Sr. Edson Freitas; o Sr. Elias Bueno; o Sr. Carlos Silva Filho; o Sr. Zeca Martins, do SIMPLÁS de Caxias do Sul; o Sr. Luiz Henrique Hartmann, Vice-Presidente da SINDIPLAST; o meu amigo Deputado Celso Maldaner, todos os Deputados que aqui passaram e os demais presentes a este evento. Mas quero, especialmente, parabenizar o Deputado Carlos Gomes pela iniciativa de realização desta audiência pública, ele que no início da Legislatura já começou a angariar assinaturas para instalar essa frente parlamentar de apoio à reciclagem, que precisava em torno de 208 assinaturas de Deputados para se concretizar — e se concretizou. Esta audiência pública, sem sombra de dúvida, vem para tentar consolidar um trabalho que já está sendo feito.

A cidade de Caxias do Sul, em que eu fui Vereador e Secretário de Obras, é um exemplo no que diz respeito à reciclagem de lixo, é a primeira e única cidade



que tem o sistema de coleta de lixo mecanizado. Há contêineres de lixo seletivo, há contêineres de lixo orgânico.

Em torno de 70% do lixo seletivo de Caxias do Sul vão para a reciclagem, e a Prefeitura dá um apoio muito grande a essa atividade. Isso vem ajudando, e muito, o meio ambiente. É um exemplo a ser seguido o trabalho que a Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul — CODECA tem feito ao longo dos anos.

Eu gostaria de dizer aos representantes dessas entidades preocupadas com o futuro que aqui talvez tenha comparecido apenas 1% dos Deputados que gostariam de estar presentes, porque há muitas audiências, muitas reuniões, e os Deputados não conseguem comparecer a todas.

Mas não tenho dúvida nenhuma de que o setor vai ter o apoio de que necessita, Deputado Carlos Gomes.

A Comissão que examina a proposta de reforma tributária, da qual eu faço parte, que vai apresentar um relatório que será votado no plenário no máximo em 30 dias, foi implantada pelo então Presidente Eduardo Cunha para discutir, debater, o sistema tributário e melhorá-lo, simplificá-lo. Lá estão bem claros os benefícios do setor da reciclagem e a justiça que lhe deve ser feita.

Esse é um setor penalizado mesmo. No caso do setor de plástico, todos os impostos são pagos quando é produzida a garrafa PET, as embalagens. Aí elas vão para o lixo, os recicladores as recolhem, entregam-nas para o setor de reciclagem, que a entrega para a indústria, que beneficia aquele lixo, vende-o e tem que pagar imposto.

E ela não consegue restituir o imposto depois porque aí ela não é mais tratada como indústria, mas como outra categoria. Essas são algumas injustiças que existem no sistema tributário e nós temos que corrigi-las. Estamos aqui para isso.

Esta audiência pública está sendo realizada hoje, mas a discussão desse assunto não pode parar. Os senhores têm os Deputados Estaduais e os Deputados Federais de suas respectivas regiões. A cobrança tem que continuar, como nós aqui temos que cobrar diariamente dos Ministros. Sabemos que não é fácil.

Hoje a Presidente Dilma vai sancionar uma lei que regulamenta a vida dos lotéricos, que estavam para perder os seus pontos de venda. Seria feito um novo leilão e mais de 5 mil lotéricos estavam em situação de desespero. A Câmara fez



justiça ao setor e hoje vai ser sancionada a lei. Mas é preciso ficar em cima, cobrar, fazer as coisas acontecerem.

O setor da reciclagem merece todo o respeito da sociedade. O meio ambiente tem que ser respeitado. Em minha opinião não há nada mais concreto em termos de respeito ao meio ambiente do que tratar bem o reciclador e as empresas de reciclagem. Se quisermos fazer alguma coisa em favor do meio ambiente, aí é que tudo começa.

Uma das primeiras atitudes do nosso Deputado Carlos Gomes como Deputado foi fazer um trabalho forte em favor das empresas de reciclagem, dar voz e vez ao setor nesta Casa. Contem conosco.

Parabéns ao Deputado Carlos Gomes pelo seu excelente trabalho e dedicação, especialmente para os que mais precisam!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Mauro Pereira.

Com a palavra o Deputado Marcos Abrão, de Goiás.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRÃO - Bom dia a todos.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Carlos Gomes pela sua iniciativa.

Eu tenho oportunidade de conviver com empresários do ramo da reciclagem há mais de 20 anos. E é muito triste vermos, em um País como o Brasil, por um lado, observando as cidades, um enorme acúmulo de resíduos sólidos e, por outro lado, empresários quase implorando para trabalhar, o que causa espanto. É mais um desafio a ser enfrentado, e não só pela Frente, mas pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que passo a integrar hoje.

A solução para o problema dos resíduos está no País. Basta haver decisão política. O empresário quer trabalhar. A única coisa que ele não quer é ser onerado exacerbadamente, é ser atrapalhado.

Eu tenho certeza de que, a partir da desoneração da cadeia, todo projeto social, todo tipo de iniciativa vai ser viabilizado. Vivemos em uma sociedade de mercado — isso precisa ficar muito claro. Se não houver viabilidade econômica em determinada atividade, não haverá interessados em participar dela. Não adianta criar



programas bonitos, projetos maravilhosos se não se viabilizar a atividade do empresariado.

Então, parabéns, Deputado Carlos Gomes, porque esse é o início de um grande trabalho!

Eu ouvi aqui atentamente os argumentos sobre a necessidade de se desonerar a cadeia produtiva da reciclagem. É um desafio. E podem ter certeza de que hoje os senhores ganharam mais um aliado para permitir que os empresários do setor produzam e resolvam o problema dos resíduos sólidos das nossas cidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Muito obrigado, Deputado Marcos Abrão, de Goiás.

Informo aos presentes que já estamos nos aproximando das 13 horas e daqui a 20 minutos começará a votação nominal no plenário. Teremos que largar tudo e sair correndo para votar. Isso é praxe nesta Casa. Peço desculpas por isso e, pela exiguidade do tempo, peço que os próximos oradores procurem ser breves.

Então vou passar a palavra para a Sra. Priscila Bernardes Álvares, da Confederação Nacional de Municípios — CNM.

A SRA. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES - Sr. Presidente, vou falar rapidíssimo. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, representando a Confederação Nacional de Municípios, para expor a importância desse tema para os Municípios. Solicito podermos participar de uma próxima audiência pública para expor a situação dos Municípios diante da cadeia produtiva da reciclagem.

Lembro que somos um País, como disse o Sr. Carlos Silva Filho, da ABRELPE, de dimensões continentais, porém formado por pequenos Municípios. Temos 90% do País formado por Municípios de até 50 mil habitantes; 70% desses 90%, por até 20 mil habitantes; e 45%, por até 10 mil habitantes.

São dois fatores fundamentais para a gestão de resíduos no País avançar, certamente: a coleta seletiva, com a inclusão socioprodutiva dos catadores, e a reciclagem. E há a dificuldade de alguns Municípios que têm materiais recicláveis, mas não têm a reciclabilidade do material. Por exemplo, aqui em Pirenópolis temos vidro, que é reciclável, mas não há a reciclabilidade, porque não temos a descentralização das indústrias.



Isso seria de extrema importância para que os Municípios pudessem avançar na coleta seletiva e na logística reversa, porque temos a centralização de indústrias principalmente no Sudeste do País, o que dificulta a tarefa dos Municípios e dos catadores e impacta as indústrias, a cadeia produtiva da reciclagem.

Então, como representante da Confederação Nacional de Municípios, repito que gostaríamos de participar de outra audiência pública em que pudéssemos expor a situação dos Municípios. E é importante, portanto, a descentralização das indústrias de reciclagem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Muito obrigado. V.Sa. já está convidada para participar dos próximos encontros, em que vamos discutir as cooperativas e a situação dos catadores, está bem?

A SRA. PRISCILA BERNARDES ÁLVARES - Agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Com a palavra o Sr. Zeca Martins, do SIMPLÁS — Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho.

O SR. ZECA MARTINS - Quero saudar o Deputado Carlos Gomes e parabenizá-lo pela atuação na Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem.

O que vou dizer já foi dito várias vezes, mas vejo que quando falamos em latinha de alumínio, que se tornou um bom negócio, vemos que não encontramos mais latinhas pela rua, porque o pessoal as recolhe, porque é um bom negócio. Então, devemos transformar a reciclagem em um bom negócio porque quanto à questão ambiental já há consciência, todos sabemos que precisamos reutilizar, precisamos reduzir, sabemos sobre a questão ambiental. O que precisamos entender é como transformar a reciclagem em um bom negócio.

Para termos uma ideia, na nossa base sindical, que fica no nordeste gaúcho, em Caxias do Sul, temos mais de 500 empresas. Dessas 500 empresas, no passado — agora já não está acontecendo isso em função de problemas que estamos tendo na reciclagem há 1 ou 2 anos —, 41% da matéria-prima utilizada por essas empresas eram reciclados, ou seja, foi grande a quantidade de energia economizada. É muito bonito ver isso.



E agora estamos vendo que esse negócio está indo para trás porque a reciclagem está deixando de ser um bom negócio. Precisamos recuperar essa situação: ou se torna um bom negócio ou estamos aqui falando à toa. A concentração dos nossos esforços tem que ser na desoneração, na viabilização, tudo o que foi dito aqui, para que possamos atingir o nosso objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Zeca Martins.

Está aqui também o Sr. Rodrigo Maciel, da Plásticos Vima Ltda., que fará uso da palavra.

O SR. RODRIGO MACIEL - Boa tarde a todos. Quero parabenizar o Deputado Carlos Gomes por esse trabalho, que não é fácil, eu sei que é árduo. Estamos juntos na Frente Parlamentar, em outros mandatos, com o Sr. Edson e vários outros empresários.

Eu quero falar como empresário. Serei bem rápido. Sou a terceira geração de sucateiros da minha família: meu avô era sucateiro, meu pai era sucateiro, o pai do meu primo, que está comigo, era catador de material reciclado. E hoje estamos com a corda no pescoço e o carrasco está chutando o banquinho do empresário da reciclagem.

Para os senhores terem uma ideia, a minha empresa, o meu grupo tinha mais ou menos cem empregados no começo do ano. Já mandamos 40 embora. A nossa produção caiu mais de 40%. Estamos trabalhando com 60% da produção. E a perspectiva é — quem sabe? — dentro de 1 ano já termos fechado a nossa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Sr. Rodrigo Maciel, 1 minutinho, por favor. Parece que está havendo votação nominal no plenário. Peço ao Deputado Marcos Abrão que vá votar e volte para me substituir enquanto vou votar. Eu agradeço muito e o aguardo com ansiedade.

Por favor, continue, Sr. Rodrigo Maciel.

O SR. RODRIGO MACIEL - Então temos essa diminuição toda, está sendo inviável reciclar. Nós reciclamos principalmente o plástico, e toda a cadeia está sofrendo. Com isso, na minha cidade, onde há 15 mil habitantes, tínhamos cem empregos diretos e hoje são apenas 60.



Estamos sufocados. Isso é urgente, é para ontem. Essa ajuda não é para daqui a 1 ano, 2 anos, 3 anos, é para ontem, senão a cadeia da reciclagem do plástico — eu falo pelo setor do plástico — estará falida. Essa é a grande verdade. As empresas estão endividadas, 90% trabalham na informalidade. Não conseguimos nota para receber as mercadorias, os sucateiros não querem dar notas, ninguém quer dar nota, é um problema gigantesco. E, como já foi dito aqui, a criação da tabela (*ininteligível*) principalmente ou a desagregação do plástico reciclado do plástico virgem. Não sei se no setor do papel tem isso, mas no do plástico não tem. Somos tratados como uma Braskem, uma empresa multimilionária, uma das maiores empresas nacionais. Minha empresa está enquadrada juntamente com ela, pagando tributo, sendo qualificada junto com ela pelo Governo. E isso está sendo absolutamente para todo o setor, gerando despesas que não conseguimos mais pagar. Isso tem feito desacelerarmos investimentos e a geração de empregos. Isso é urgente para toda a cadeia. Eu falo isso em nome de todos os empresários do setor.

Meu pai mexe com sucata há 40 anos. Eu nasci dentro de um depósito de sucata, fui criado dentro de um depósito de sucata. E estou dizendo isso em nome de pessoas que dedicaram a toda a vida a esse trabalho.

E aqui eu peço encarecidamente a ajuda de todos os que podem fazer algo, que têm o poder de fazer algo, porque eu não tenho esse poder. Estou pedindo a quem tem o poder de fazer que faça alguma coisa.

Eu agradeço a todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Rodrigo Maciel.

Passo a palavra ao Sr. Valentin Aparício Escamilla, do SINDINESFA — Sindicato das Empresas de Sucata de Ferro e Aço.

O SR. VALENTIN APARÍCIO ESCAMILLA - Boa tarde. Quero agradecer a todos os envolvidos nesta iniciativa de audiência pública, principalmente ao Deputado Carlos Gomes.

O nosso segmento, voltado à sucata ferrosa e não ferrosa, como todo mundo, o mundo inteiro, na famosa crise de 2008, ficou em uma situação muito crítica. Na época, resolvemos alçar voo internacional. E conseguimos abrir portas no mercado externo. Apanhamos muito, tomamos muitas bordoadas. Mas se os senhores



olharem os gráficos verão que, para quem partiu do zero, em 2008, de exportação, quando o Brasil era um País que importava, como o Elias mostrou no gráfico, nós passamos de 80 mil, em 2010, para 648 mil toneladas de exportações, em 2014, trazendo divisas para dentro do país. E, para este ano, já estamos calculando em torno de 700 mil toneladas de exportação. Quer dizer, nós desbravamos um mercado novo e estamos pondo o nosso reciclado para fora.

Pois bem, qual o problema que nos assola agora? É o aço chinês. Ele está empestendo o mundo inteiro e, com isso, está atrapalhando até as exportações de sucata, por incrível que pareça.

Eu vou resumir, senão não dará tempo dos demais falarem.

O grande problema nosso é o Custo Brasil. Eu fiz uma comparação. Por exemplo: nós exportamos para a Coreia. Nós pagamos 400 dólares por um contêiner de 20 peças, do Porto de Santos até a Coreia; e o preço é o mesmo da Coreia para a siderúrgica. O Custo Brasil para esse contêiner sair da grande São Paulo para o porto: 400 dólares. Ora, o navio atravessa o mundo inteiro por 400 dólares, mas, aqui no Brasil, para andar 70 quilômetros e colocar o contêiner dentro do navio, 400 dólares? Na Indonésia custa 600 dólares para se colocar o contêiner, um pouco mais caro. Custo Brasil: 400 dólares.

Quer dizer, isso está começando a inviabilizar os negócios, devido ao aço chinês. É uma história muito longa, mas — ouviu, Zilda Veloso — eu gostaria que vocês tomassem outro caminho.

Nós estivemos no começo do ano com o Ministro Armando Monteiro, do MDIC, e S.Exa. falou que o comércio varejista e atacadista tem que ajudar nas exportações. E nós fizemos essa colocação, pois falaram que tinham um projeto grande do Governo, com barateamento dos portos e tudo o mais. Porém, até agora não saiu.

E, como o nosso amigo bem frisou, isso é para ontem, porque, senão, até para o nosso segmento, para o qual conseguimos achar uma porta de saída, essa porta vai começar a se fechar — e tudo por causa do bendito Custo Brasil.

Era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Valentim Aparício.



O último inscrito, até por questão de tempo, é o Sr. Luiz Arcoverde, do Rio de Janeiro. Está presente?

O SR. LUIZ ARCOVERDE - Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer ao Deputado Carlos Gomes pela iniciativa e o convite do Edson Freitas, que insistiu bastante para que eu participasse aqui hoje.

Eu trabalho num projeto de reciclagem no Rio de Janeiro e estranhei muito o convite feito a mim, mas hoje estou entendendo perfeitamente: não adianta eu desenvolver projeto, até porque, se o Edson não conseguir comprar o material, eu vou ter que fechar a porta.

Então, agradeço muito, Edson, por você ter me convidado. Está muito esclarecido o motivo da minha vinda.

Serei rápido. Recentemente, um fotógrafo internacional esteve no Rio de Janeiro e fez uma linda exposição de fotos. Mas ele foi questionado por alguns repórteres sobre por que, na exposição, ele tinha colocado fotos de favela. Ele disse que era impossível retratar a realidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Luiz, desculpe-me por interrompê-lo. Eu vou ao plenário votar rapidamente, senão fico com falta. Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Marcos Abrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Abrão) - Pode continuar.

O SR. LUIZ ARCOVERDE - Então, o fotógrafo disse que era impossível falar da cidade do Rio de Janeiro sem mostrar a presença das favelas.

Quero colocar que, nos dados apresentados pela companheira Zilda Maria, no universo dos 41% das cidades que já estão desenvolvendo o seu plano de coleta seletiva está a cidade do Rio de Janeiro, que desenvolveu um plano de coleta seletiva com recursos de 50 milhões do BNDES, mas excluiu as favelas do plano, junto com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana — COMLURB. É impressionante isso.

Não sei quem conhece aqui a cidade do Rio de Janeiro, mas já deve ter visto aqui, em algum momento, quando cai uma chuva, desce só um pouquinho de lixo desses lugares que a política está excluindo para a cidade. Então, é um negócio um tanto absurdo.



Sem falar que Copacabana, Ipanema e Leblon são lixões que nós não conseguimos perceber pela atuação do poder público. E digo isso porque, se lá estão as pessoas que têm o maior poder aquisitivo da cidade — e certamente consomem mais —, elas também destinam mais resíduos para a cidade. Só que nós não conseguimos ver esse resíduo porque lá o setor público atua.

O que eu quero deixar para o Deputado Carlos Gomes e demais é que nós precisamos agir com certa intolerância a essa injustiça ambiental e econômica que está acontecendo do ponto de vista da reciclagem.

A Lava-Jato e outros escândalos que estão ocorrendo dentro desta Casa estão sendo bastante noticiados, ganharam força popular e mídia porque estão sendo tratados como algo intolerável. As pessoas não toleram mais o que está acontecendo. E por que temos que tolerar o que está acontecendo com o nosso ambiente? Até quando teremos tolerância para a não implementação dessas políticas? Esperamos que essas políticas façam, como foi falado aqui, isso se tornar um bom negócio, um negócio viável e, principalmente, que melhore a qualidade de vida, a saúde e o ambiente da nossa população brasileira.

Quero deixar um convite à Sra. Zilda Maria, não só restrito ao Ministério do Meio Ambiente, mas a todos que desejarem, para que possam visitar essa nossa iniciativa lá no Morro dos Prazeres, no Rio de Janeiro. Em parceria com o Edson Freitas e a Brasil Pet, estamos fazendo justamente o que a senhora falou: levando informação e educação para dentro da comunidade e transformando os moradores desta comunidade em agentes de transformação ambiental do seu próprio local.

Lá eles não dependem de serviço público, até porque o serviço público de coleta seletiva foi excluído para eles, eles não têm esse direito. Apesar de ser paga com recursos do BNDES, eles foram colocados de lado dessa política. Mas hoje os moradores da comunidade estão desenvolvendo essa iniciativa que está melhorando o seu ambiente e a sua saúde. Nos últimos dois anos já foram destinadas 20 toneladas de resíduos para a Brasil Pet e outros parceiros, fazendo realmente essa coleta seletiva.

Gostaria de deixar esse pedido, para que, realmente, o Deputado Carlos Gomes, que preside, e os demais Parlamentares desta Comissão pudessem tratar esse assunto como uma intolerância. Aí, sim, vamos mobilizar a sociedade civil, ir



para a mídia e começar a mudar um pouco o retrato dessa realidade em que estamos vivendo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Abrão) - Não havendo mais inscritos, abro a palavra, para considerações finais, ao Sr. Carlos Silva, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE.

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA FILHO - Obrigado, Deputado Marcos Abrão. Acredito que, realmente, durante esse período da manhã de hoje, quase parte da tarde, nós conseguimos conquistar alguns avanços que são bastante memoráveis. Devemos realmente partir para uma efetivação daquilo que foi falado.

O Sr. Deputado muito bem colocou que precisamos ter que transformar todos esses discursos em ação.

Como a Dra. Zilda mencionou, a Política Nacional de Resíduos Sólidos tramitou por 21 anos nesta Casa, foi sancionada em 2010, mas nós já estamos em 2015 e vimos hoje que falta muito por fazer.

Acredito que a iniciativa dos Srs. Parlamentares em abraçar esse tema e perceber que é um tema realmente prioritário em nossas agendas, tal qual segurança, saúde, educação, é que vai fazer, realmente, essa pauta movimentar.

Temos todo esse grupo de conhecimento — e os dados que foram colocados aqui mostram isso de maneira muito clara —, então, acredito que, com esses subsídios, a Frente Parlamentar e os Srs. Deputados podem contribuir muito para os avanços desta causa, no sentido de trazer os instrumentos que acabaram faltando da nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos e os instrumentos legais que podem aprimorar.

Lembrando que essa questão da gestão de resíduos sólidos é um tema muito dinâmico que muda com uma rapidez muito grande e que depende, justamente, de uma atuação efetiva da nossa Casa Legislativa.

Se V.Exa. me permite, Deputado, gostaria só de deixar um convite. Agora, nos dias 12 e 13 de novembro, estaremos realizando em São Paulo um *workshop* internacional sobre tratamento de matéria orgânica, durante a Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade, FIMAI Ecomondo, uma feira de



tecnologias ambientais que acontecerá em São Paulo. Durante a feira faremos esse *workshop* internacional com os principais especialistas mundiais sobre tratamento de matéria orgânica.

Por que escolhemos esse tema? Porque 51% dos resíduos sólidos urbanos no Brasil são matéria orgânica. Se resolvermos o problema da matéria orgânica, metade do problema está resolvido. Então, este é um tema realmente caríssimo. Como a Dra. Zilda mencionou, eu diria que a fração orgânica se inclui no tema reciclagem. Não é a reciclagem da fração seca, é a reciclagem da fração orgânica, a transformação da fração orgânica que aliviará muito todo esse sistema que temos hoje nos nossos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Carlos.

Com a palavra o Sr. Elias Bueno, para considerações finais.

O SR. ELIAS BUENO - Obrigado, Deputado Carlos Gomes.

É inadmissível um setor como esse de materiais recicláveis passar pela situação atual.

O nosso segmento, o setor atacadista de resíduos e sucatas metálicas, que coleta, processa e dá uma destinação ambientalmente correta para 800 mil toneladas ao mês, está vivenciando esse momento de retração, de dificuldade. Algumas empresas já baixaram suas portas. O cenário atual não tem, realmente, uma perspectiva. Não vemos perspectivas de retomada de crescimento.

Por isso, contamos com todos os senhores legisladores da Casa para que as ações sejam imediatas, conforme foi dito pelo nosso amigo e companheiro. Não podemos mais esperar. Estamos correndo contra o tempo, e esse tempo está muito curto para as empresas, para os empregos, para o País e para a continuidade do desenvolvimento.

Precisamos retomar e colocar o País de volta no trilho do desenvolvimento. É inadmissível continuar nessa situação. Contamos com todos os legisladores.

Foi muito bem colocada pelo Deputado Carlos Gomes a palavra “objetividade”. O Deputado citou também as palavras “construção”, “problema” e “solução”. Portanto, objetividade, problema e solução foi o que trouxemos para os senhores. Agora, precisamos de ações imediatistas por parte dos representantes da sociedade, dos legisladores aqui presentes.



Muitíssimo obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Elias Bueno.

Tem a palavra o Sr. Edson Freitas.

O SR. EDSON FREITAS - Deputado, eu quero agradecer a oportunidade.

Quero me referir às palavras ditas pelo Luiz com respeito à questão da intolerância, pois é o que nós estamos precisando fazer, ou seja, sermos intolerantes com essa situação que já está acontecendo. Como foi dito aqui por todos do setor, Deputado, não temos mais tempo, não. Já escutamos muita conversa, já ouvimos muita promessa, e há o GT3 da questão tributária, que vimos acompanhando há anos. Quando houve a saída do Sr. Alexandre Comin, parece-me que tudo voltou ao ponto inicial. Perdoem-me, mas a proposta da CNI é muito bem-vinda para quem nada tem. Queremos ser bem intolerantes com essa questão, como foi colocado.

Luiz, eu fiz o convite porque você tem um projeto exitoso em uma comunidade e quer ampliá-lo para várias comunidades. Eu apoio o seu projeto. Eu falei: *“Você tem que conhecer para onde você vai escoar todo esse material”*. Ora, se você vai escoar para esse setor que hoje está falido; então, vai começar um projeto falido?

Há uma solução para o problema dos resíduos nas comunidades carentes — e nós sabemos como são as comunidades do Rio de Janeiro —, gerando emprego e renda para essa população, dando destinação adequada para essas embalagens, e eu vejo o poder público jogando contra, pessoal. Isso me deixa em uma situação de intolerância. Eu vejo um poder público cada vez mais afastando a sustentabilidade. Quem mais fala em sustentabilidade é quem engessa essa cadeia e a faz insustentável.

Então, eu quero reafirmar o meu pedido aos senhores, qual seja a de agirmos com intolerância, por não haver mais tempo. Estamos na UTI, talvez uns até em coma induzido. Com o Deputado e os demais membros desta Comissão podemos dar as mãos e irmos ao Supremo Tribunal Federal para requerer os nossos direitos, porque estão na Constituição. É como disse a própria Sra. Zilda: a lei que proíbe o lixão já existe há muito tempo. Agora, vão ampliar mais o lixão? É crime ambiental o que estão fazendo. Estão ampliando um crime ambiental? É isto? Pode isso agora?



Da mesma forma, Deputado, existe uma norma constitucional que nos dá direito ao crédito presumido, o que está sendo negado para a nossa cadeia. O tratamento diferenciado está na Constituição, em defesa do meio ambiente e da vida, e ela não está sendo cumprida pelo Governo.

Então, não se toma providências de imediato nesta Casa e no Executivo. Porque já se aprovou a lei aqui, Deputado, mas o Executivo a barrou, vetou.

Então, que venhamos todos procurar o caminho do Supremo Tribunal Federal, para que se cumpra a Constituição, o direito à não cumulatividade dos impostos ICMS, IPI, PIS/COFINS, em defesa do meio ambiente e da vida.

Então, essas são as minhas palavras de intolerância com respeito ao lixo — que não é lixo, é matéria-prima, assim como intolerância com esse tratamento que nos vem sendo dado há anos e que, agora, está insuportável, não nos dando o direito de poder competir com esse mercado.

A proposta da CNI nos inclui, mas não nos dá tanta competitividade. Eu vejo dessa forma. Precisamos ter o direito de sermos competitivos com esse mercado, como foi colocado agora pelo nosso companheiro do SINDINESFA. De nada adianta nossa ação se não tivermos instrumentos de defesa. Eu pergunto: para onde vai esse material? E o meio ambiente não tem valor? E a saúde dessas 75 milhões de pessoas com quem o Governo vai ter que gastar 1 bilhão e 400 milhões? E a saúde será recuperada?

Então, pessoal, é um momento de intolerância. Eu acho que o momento é agora. Temos que agir.

Deputado, por favor, dê uma resposta positiva a nossas necessidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Edson Freitas.

Agora, para considerações finais, concedo a palavra à Sra. Zilda Maria, que representa o Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Obrigada, Deputado.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar presente e debater um assunto que é tão importante. As intervenções serão levadas à equipe técnica.



Eu quero só fazer uma última correção sobre o que o Sr. Edson e o Sr. Luiz Henrique falaram sobre o GT3, Grupo Técnico do Comitê Interministerial, que tratou de incentivos econômicos. Ele não tem poder deliberativo. Ele gerou um relatório. O estudo oferecido pela CNI trouxe alguma clareza sobre o assunto, mas a questão da criação de uma identidade tributária específica ou a classificação fiscal tem que ser levada ao MDIC propriamente dito. O GT3 encaminhou a coisa de uma maneira geral no âmbito da política, mas os órgãos que têm a competência para mexer nisso seriam, em um primeiro momento, o MDIC, e, dentro do CONFAZ, talvez o Ministério da Fazenda. Mas...

O SR. EDSON FREITAS - Eu falei GT3, mas o material que tenho aqui...

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - O senhor falou que já encaminhou esse pleito ao GT3 para...

O SR. EDSON FREITAS - Já está sendo tratado com o MDIC.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - O MDIC é que trata disso. É só para esclarecer.

O SR. EDSON FREITAS - O MDIC é o coordenador do...

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - O objetivo do GT3 era trazer e mastigar o assunto para ser encaminhado, mas eu acho que é um pleito legítimo que os senhores têm que encaminhar diretamente ao Ministério.

Deputado, mais uma vez, obrigada. O Ministério do Meio Ambiente se coloca à sua disposição para a continuidade deste evento. O detalhamento da proposta para novos eventos fica ao seu critério. Nós sempre receberemos esses convites com o maior carinho e estaremos aqui presentes para trazer os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sra. Zilda.

Tem a palavra o Sr. Jucemar Buzin, da SINPASUL.

O SR. JUCEMAR BUZIN - Eu agradeço novamente, Deputado Carlos Gomes.

Na verdade, eu acho que conseguimos trazer um pouco mais de subsídios para que o senhor trabalhe esta causa. Realmente, ela é urgente. Não há mais tempo para esperar. Precisamos, realmente, de soluções imediatas para que continuemos fazendo o trabalho que estamos fazendo, porque, para manter uma



fábrica funcionando está bem difícil. Se nós não tomarmos cuidado com a saúde dela neste momento, com certeza vamos ter bem poucos recicladores — e aí os lixões vão aumentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Jucemar.

Eu quero fazer um agradecimento aqui especial a todos os nossos convidados: Edson Freitas, Elias Bueno, Jucemar Buzin, Carlos Silva Filho, Zilda Maria Faria Veloso e todos aqui presentes, representantes dos mais diversos segmentos da sociedade.

O resultado desta audiência pública não fugiu muito daquilo que eu esperava e do que fosse a demanda deste setor. Mas a nossa obrigação, na condição de representantes da Frente Parlamentar e de Deputado, é ouvir as sugestões, até para fazermos um diagnóstico mais preciso. Hoje as falas foram no sentido de que, realmente, esse setor precisa da desoneração e de um tratamento diferenciado.

A função do Parlamentar é falar, é alertar, estudar problemas e apontar soluções para o Poder Executivo, numa articulação. Esta lei trata de competências separadas: ela separa competências do Poder Executivo, do empresariado, da população como um todo e cobra ações e responsabilidades de cada um deles.

No que se referem aos empresários, eles estão fazendo, dentro do possível, a sua parte, que é produzir, que é reciclar, que é colocar produto no mercado através da reciclagem, a partir da reciclagem. Porém, nós procuramos alertar, no Rio Grande do Sul, quando veio a crise de 2008 — aquela recessão mundial —, quando o preço do papel, dos reciclados, foi lá embaixo: chegou a 4 centavos. Muitas empresas começaram a fechar as portas. Eu lembro que a Tedesco, de Carazinho, começou a fechar. Não tem como produzir com um Custo Brasil muito alto, como foi dito aqui. E aí começaram a fechar as portas e a demitir. E esses demitidos passaram a vir para as portas de governos, nas esferas diferenciadas — federal, municipais e estaduais —, e a engrossar índices de desemprego. Começou a haver impacto social.

Infelizmente, foi aí que alguns governantes começaram a ter a percepção de que aquilo para o que foi alertado e falado era verdadeiro. Não era falácia, não era choro simplesmente de empresários e pessoas que estão produzindo e trabalhando.



Como houve uma repercussão negativa de desemprego, aí eles começaram a se mexer. Só que, às vezes, já se passou muito tempo. Foi desta forma que nós conseguimos, lá no Rio Grande do Sul, crédito do ICMS para os que fabricam produtos reciclando papel.

Tentamos avançar para o plástico. Não houve, naquele momento, um entendimento e um ambiente preparado para avançarmos nos créditos para quem produz a partir do plástico. Mas eu acredito que, pela compreensão dos Deputados da Frente Parlamentar, da Comissão do Meio Ambiente, e pela sensibilidade que nós percebemos dos Deputados que quer juntar forças para que as coisas aconteçam, acredito e tenho plena certeza e convicção de que nós vamos avançar.

Nós é que vamos imprimir velocidade aos passos e dar-lhes ritmo.

Eu fiz questão de começar audiência pública com o setor da indústria porque, como já foi dito, se este não produzir e não houver comércio, não existe cadeia, não se movimenta a cadeia.

Nós precisamos, sim, dar resposta. Nós ouvimos atentamente, Deputado Marcos Abrão, as manifestações, encaminhamentos e demandas de cada palestrante. O tratamento tributário diferenciado é consenso, mas também há algumas coisas pontuais, como exportação. Nós também temos que ir em cima e brigar para que aconteçam.

A Zilda, que detém o conhecimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, tem a compreensão, é parceira e sabe da importância — e é importante o meio ambiente estar consciente disso — de darmos atenção a esse setor.

Repito: além do aspecto social, tem o aspecto ambiental e, sobretudo, o aspecto econômico. Um complementa e completa o outro. Com os três funcionando, com certeza, só temos a avançar e a ganhar.

Eu comentava com a Zilda a medida provisória que trata do Aquífero Guarani, ontem ou anteontem, da qual o Deputado Celso Russomanno foi o Relator. Só para vocês terem noção do impacto e da importância do que estamos tratando, já foi detectada poluição por conta disso. Estamos nos matando! Como disse o Edson, é questão de sobrevivência humana. Tem o aspecto social, tem o aspecto econômico, tem o aspecto ambiental, mas, sobretudo, tem o aspecto da vida, pois a poluição já chegou lá embaixo.



Então, vejam a irresponsabilidade e a falta de sensibilidade dos atores que deveriam atuar positivamente para fazer avançar esse setor.

Estou convencido. Trata-se de um tema envolvente, tanto que agora são 13h17min. É envolvente e é preocupante. É importante que nós não descansemos. Nós não podemos descansar, temos que continuar fazendo pressão.

Vamos estudar a questão da ação, Edson. As melhores medidas nós temos que tomar. E, se essa medida tem que ser tomada, iremos tomar. Agora, eu sou mais pelo consenso e por trabalhar para que construamos isso. Infelizmente, hoje, no Brasil tudo é judicializado. Para se ter atendimento médico, a pessoa tem que entrar na Justiça; para se ter educação e conseguir uma vaga na creche, tem-se que acionar a Justiça, tem-se que falar com um promotor. Será que nós temos também que ir para a Justiça para sobrevivermos e para nos manter vivos?

De coração, quero agradecer imensamente a presença de todos os senhores e senhoras que se deslocaram, saíram de seus Estados, largaram seus afazeres para estar aqui, nesta audiência pública, mas tenho certeza que todos têm sensibilidade e compreensão de que isso é muito caro para todos nós, para as nossas famílias, para as gerações futuras.

Vamos manter contato e nos preparar para as próximas ações. Faremos uma lista de todos os encaminhamentos e, a partir deles, começar a agir.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

Deus abençoe a todos!

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a nossa audiência pública.

(Palmas.)